

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA**

DIOGO FABIANO BARBOSA PIMENTEL

O QUEBRA DE XANGÔ DE 1912: UMA REFLEXÃO HISTÓRICA



MACEIÓ/AL

2022

DIOGO FABIANO BARBOSA PIMENTEL

O QUEBRA DE XANGÔ DE 1912: UMA REFLEXÃO HISTÓRICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Ufal como parte das exigências para obtenção da Graduação de Licenciatura em História do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes.
Orientador: Prof José Roberto Santos Lima

MACEIÓ/AL

2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

P644q Pimentel, Diogo Fabiano Barbosa.
O quebra de Xangô de 1912 : uma reflexão histórica / Diogo Fabiano
Barbosa Pimentel. – 2022.
74 f. : il.

Orientador: José Roberto Santos Lima.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História :
licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de
Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 72-74.

1. Candomblé. 2. Liberdade religiosa - Maceió (AL). 3. Negros. I.

CDU: 94(813,5):29



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado
"O QUEBRA DE XANXO DE 1912: Uma Reflexão Histórica"
elaborada(o) por
DIOGO FABIANO BARBOSA PIMENTEL e aprovado por
todos os membros da Banca Examinadora com nota 9,5, cumprindo as exigências
para obtenção do título de Licenciatura em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a) José Roberto Santos Pires

Orientador (a):

Prof.(a) J. Roberto Pires

1º Examinador (a):

Prof.(a) [Assinatura]

2º Examinador (a):

Maceió, Alagoas

16/02/2022

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo maior fazer uma reflexão histórica sobre a “Quebra dos terreiros de Xangô de 1912: uma reflexão” no sentido de tentar melhor compreender aquele fato dentro do contexto da história local e regional onde não foi uma simples invasão das casas de culto mais acima de tudo a sua destruição e as consequências ou desdobramentos deste fato na vida dos terreiros e das pessoas que nele praticavam os seus cultos e valores religiosos.

Palavras-chaves: Candomblé; intolerância; negro(a).

ABSTRACT

This text presents a reflection on what was the *Quebra de Xangô*, which took place in Alagoas on the night of February 1, 1912. It also presents the political and social trajectory of Alagoas until the event and continues to present what happened after the tragic night . It concludes with the attitudes of the state government one hundred years later, when an official request for forgiveness was made for what happened.

Keywords: Candomblé; intolerance; black man.

DEDICATÓRIA

A Deus

Aos meus pais

Aos meus irmãos, parentes e amigos

Aos professores

Aos funcionários da Ufal

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao nosso maravilhoso Deus, que deu a mim forças para trilhar essa trajetória de estudos e aquisição de conhecimento.

Agradeço à minha família por todo incentivo durante o curso, à minha esposa por sempre me apoiar e acreditar em minha pessoa, ao meu amigo Geovane Parente por não me deixar desistir do curso, ao meu amigo Juarez Júnior por me ajudar na construção desta monografia e ao Professor Robertinho, essa figura de tamanha humildade e excelência.

Obrigado todos, pois vocês fazem parte desta conquista!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I: UMA BREVÍSSIMA HISTÓRIA DA CIDADE DE MACEIÓ (1815 A 1912)	9
CAPÍTULO II: ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO INÍCIO DA REPÚBLICA ATÉ ANTES DO QUEBRA DE 1912 NO BRASIL E EM ALAGOAS	32
CAPÍTULO III: ALAGOAS E O QUEBRA DOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ DE 1912: UMA REFLEXÃO HISTÓRICA	42
Alagoas oligárquica	48
O que veio depois	62
Cem anos depois	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72

IMAGENS

IMAGEM I: ORLA MARÍTIMA DE MACEIÓ 9	
IMAGEM II: PARQUE MUNICIPAL DE MACEIÓ.....	10
IMAGEM III: RIACHO DOCE.....	11
IMAGEM IV: IPIOCA, LITORAL NORTE DE MACEIÓ.....	12
IMAGEM V: MANGUE-AMARELO.....	13
IMAGEM VI: LIMITES DOS BAIRROS DE MACEIÓ.....	14
IMAGEM VII: CATEDRAL DE MACEIÓ.....	17
IMAGEM VIII: PORTO DA LEVADA EM MACEIÓ, 1920.....	17
IMAGEM IX: CARRO-DE-BOI, NO “CENTRO” DE MACEIÓ, 1922.....	19
IMAGEM X: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MACEIÓ, JARAGUÁ.....	26
IMAGEM XI: IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.....	29
IMAGEM XII: TERREIRO DE PAI CÉLIO RODRIGUES.....	52
IMAGEM XIII: EDIÇÃO DO DIA 4 DE FEVEREIRO DE 1912 DO JORNAL DE ALAGOAS.....	55
IMAGEM XIV: UTENSÍLIOS LEVADOS PARA A SEDE DA LIGA DOS REPUBLICANOS COMBATENTES.....	59
IMAGEM XV: PEÇA DA COLEÇÃO PERSEVERANÇA.....	60
IMAGEM XVI: COLEÇÃO PERSEVERANÇA.....	61
IMAGEM XVII: PEDIDO DE DESCULPAS DO GOVERNADOR.....	68

INTRODUÇÃO

O presente texto se propõe a realizar uma reflexão sobre os fatos ocorridos em Maceió em fevereiro de 1912. A invasão e destruição dos locais de culto com origem africana na capital do Estado de Alagoas foi, sem dúvida, um fato muito importante para os que ficaram envolvidos nele, mas que desapareceu da historiografia nacional, talvez por ter sido encoberto por fatos que vieram a ser considerados como mais marcantes (por terem sido mais violentos) ocorridos na mesma época em outras partes do país na mesma oportunidade¹.

Essa situação de encobrimento (para não se falar abertamente em esquecimento) da história local tem sido uma prática cada vez mais comum entre nós, pois o nível historiográfico local (assim como o regional) passou a ser escamoteado pela imposição não tão recente de uma visão historiográfica unificadora patrocinada pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Cabe aos historiadores ligados às universidades a pesquisa e divulgação da história local (e regional) de modo a não se ter a nossa história transformada em um pastiche que serve, antes de tudo, a discursos pretensamente refundadores da nossa nacionalidade.

Esta atitude, mais ideológico-partidária do que historiográfica, aproveita-se do parco conhecimento popular da história do nosso povo. A ignorância histórica facilita, dessa forma, a ação desses verdadeiros aproveitadores da ingenuidade do povo mais simples e assim podem realizar os seus discursos (e atos) que promovem uma dita “revisão histórica” que não é nem revisão, nem histórica.

Repetimos, cabe aos historiadores associados à Academia a tarefa de divulgar da forma mais ampla possível os acontecimentos que estão no passado formativo do povo. O que se propõe, então, é quase uma repetição da ação historiográfica realizada no início do século XX por Afonso d’Escragnon Taunay, quando diretor do Museu Paulista. Ele publicou documentos originais do período colonial de modo a facilitar a pesquisa dos futuros historiadores. É óbvio que ele, enquanto historiador, também realizava as suas interpretações sobre o material levantado nos arquivos, contudo, a sua contribuição que continua até os nossos dias é a apresentação desses documentos muitas vezes já destruídos nos recorrentes incêndios que atingem os nossos arquivos.

¹ Um exemplo é o bombardeio de Salvador em 10 de janeiro de 1912: “À 1h30 da tarde a unidade de artilharia do Forte de São Marcelo começou a bombardear a cidade, enquanto que a infantaria lutava com a polícia estadual na Cidade Baixa. À noitinha, o Palácio do Governo estava completamente destruído, assim como a biblioteca estadual e os arquivos que estavam guardados no palácio” (PANG, 1979, p.110)

CAPÍTULO I: UMA BREVISSIMA HISTÓRIA DA CIDADE DE MACEIÓ (1815 A 1912)

A cidade de Maceió nasceu a partir da assinatura do Decreto Real de 5 de dezembro de 1815 elevando Maceió à condição de Villa, decreto assinado pelo Rei de Portugal, à época D. João VI, tornando desmembrada e independente da Vila de Alagoas do Sul, cujo território foi ocupado com maior intensidade a partir desta data em diante e, acima de tudo, depois de 16 de setembro de 1817, quando Alagoas também se emancipou de Pernambuco, cuja sua geografia nasceu a partir do encontro do mar com a laguna e vice e versa, onde predominavam os alagados, os manguezais, os canais, a lagoa, os vales, como diria o geógrafo Ivan Fernandes Lima, em sua obra “Maceió: uma cidade restinga”, “construída” em cima das orlas marítima e lagunar e do seu tabuleiro.

A nível da sua evolução geológica, a cidade de Maceió – que, no máximo, poderia ser um pequeno povoado – assentado sobre um espaço territorial totalmente sedimentar (bacia sedimentar Alagoas/Sergipe) que dão origem às planícies costeiras, marítima e lagunar com a ocorrência no extremo norte da capital a incidência de rochas cristalinas após a falha geológica que existe nas proximidades da antiga Usina Cachoeira do Meirim (após o Benedito Bentes).



IMAGEM I - Fonte: Orla marítima de Maceió (2021)

Maceió geograficamente está situada na região natural do leste alagoano e na microrregião de Maceió que limita-se ao norte com os municípios de Flexeiras, São Luiz do Quitunde, Barra de Santo Antônio, Paripueira, ao sul com Coqueiro Seco, Marechal Deodoro e

o Atlântico e a oeste com Messias, Rio Largo, Satuba e Santa Luzia do Norte, ocupando uma área de 511 Km², sendo que 194,34 Km² vivem na área urbana de Maceió e 293,40 Km² vivem na sua área rural e 23,26 Km² vivem na orla lagunar da capital, cujas altitudes varia de 304 metros acima do mar² e na planície costeira e uma altitude variável entre 2 a 8 metros na sua planície costeira.

Quanto à vegetação existente em Maceió (ainda sobrevivente), nós temos a vegetação de restinga, da beira da praia, nós temos a salsa-marinha, algumas cactáceas e pequenos pés de gajuru, uma vegetação arbórea bem baixa chamada popularmente como “vegetação de carrasco”, além dos manguezais e também de diversas “áreas sobreviventes da antiga mata Atlântica” que foi quase totalmente destruída em Alagoas e também em Maceió, restando apenas: 1) a área piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA); 2) a área de Proteção Permanente (APP) do IBAMA no bairro do Farol/Gruta de Lourdes; 3) a área de Proteção Ambiental da Ilha de Santa Rita; 5) a área de Proteção Ambiental do Catolé; 6) o Parque Municipal de Maceió, em Bebedouro e duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural a “Aldeia Verde” e a “Tobogã” reconhecidas em 2007.



IMAGEM II - Fonte: Parque Municipal de Maceió (2021)

Quanto aos rios e riachos que cortam o município de Maceió, são eles: o Sauçuy, o Meirim, o Pratagy, Jacarecica, o famoso “Reginaldo” (pelo seu alto índice de poluição em todo

² Na “Serra Saudinha”, na região do Tabuleiro, nas proximidades do aeroporto Zumbi dos Palmares.

o curso) ou “Salgadinho” (cartão postal negativo para a história da cidade, quando, no passado, se pescava e tomava-se banho nele); os riachos Estiva, o Doce, o do Senhor; o Garça Torta, o Sapo, o Gulandim (ambos no bairro do Poço), o Silva (em Bebedouro) e o Catolé onde ambos abastecem a cidade de Maceió de água potável para o consumo humano; além de não podermos esquecer do Rio Mundaú que, apesar de não nascer em Maceió, é ele que forma o complexo estuário lagunar do Mundaú.



IMAGEM III - Fonte: Riacho Doce (2021)

O município de Maceió apresenta temperaturas variadas entre 24°C e 22°C e uma boa ventilação na sua orla marítima, quase toda ela ocupada por casas e apartamentos da Jacarecica ao Pontal da Barra, com alguns poucos terrenos vagos ou não ocupados ou construídos, que demonstram o processo de ocupação do seu território em torno do seu litoral norte ao sul, leste e o oeste.



IMAGEM IV - Fonte: Ipioca, litoral norte de Maceió (2021)

A nível da história geológica da cidade de Maceió, ela esteve profundamente associada à formação da sua planície costeira durante os períodos geológicos do terciário e do início do período quaternário observando os avanços ou recuos (regressão ou transgressão marinhas) do mar ao longo dos milhões de anos até que se definisse a “linha costa” e a sua feição geomorfológica, cujas marcas da presença marinha podem ser percebidas nos bairros do Poço, Mangabeira e Ipioca, através das linhas de falésias presentes na avenida Gustavo Paiva. A última transgressão marinha foi há 5.000 anos antes do tempo presente quando se consolidou o complexo lagunar Mundaú/Manguaba, favorecendo o desenvolvimento dos manguezais e grande parte do seu ecossistema.

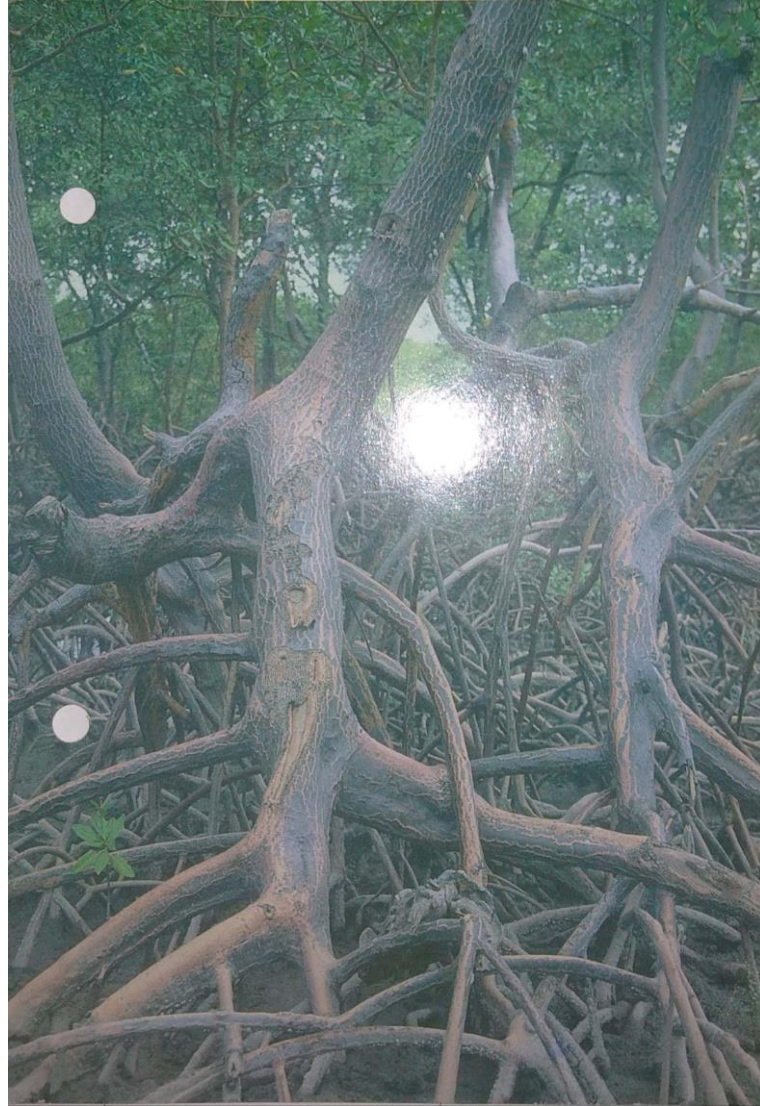


IMAGEM V - Fonte: Mangue-Amarelo (2021)

A cidade de Maceió há a ocorrência de “recife de corais” que afloram entre o Porto de Maceió e as enseadas da Pajuçara até a Praia da Jatiúca; as dunas do Pontal da Barra que, no passado, se estendiam pelos bairros do Prado, Trapiche e algumas áreas da praia da Avenida, as praias do Pontal da Barra até Ipioca, o terraço marinho que se constituiu da Rua do Imperador, Santa Casa de Misericórdia, Rua Senador Mendonça, Quartel Geral da Polícia Militar, praça Deodoro e um terceiro nível de altitude na região do Bairro do Farol (Planalto do Jacutinga), Chã da Jaqueira, Gruta de Lourdes e Tabuleiro do Martins na parte mais alta da cidade de Maceió até o Benedito Bentes e áreas circunvizinhas.

Maceió, enquanto cidade, teve a sua origem associada a partir da constituição de uma malha urbana viária a partir de Jaraguá, centro histórico da cidade, e do Trapiche da Barra, lembrando que a sua ocupação territorial teria se dado como uma recomendação da Coroa Portuguesa, bem melhor resguardar o litoral de Maceió livrando-o dos contrabandistas

Brasil, o Visconde de Barbacena, que se construísse uma fortificação nas proximidades do ancoradouro do Jaraguá para coibir a ocorrência de contrabando de Pau-Brasil em nosso litoral, esse forte não chegou a ser construído naquela época por falta de recursos financeiros à época.

O que se tem certo a respeito da origem de Maceió é que os córregos derivados de Pitanga e Pau-D’Arco que nasceu na região do Tabuleiro do Martins, aprofunda-se pelo seu vale do “Rêgo do Pitanga” e deságua no Oceano Atlântico, desaparecendo nas proximidades do Clube Fênix Alagoano e como Maceió era uma cidade cheia de riachos, terrenos baixos: baixadas inundáveis, cheias de manguezais, os índios Tupis davam-lhe o nome de Maçai-ó-k, que significa “o que tapa ou represa o alagadiço” que outras fontes chamam de “Massayó-k”, “Massaió-k” ou “Macaio-k”, que os índios nos dão uma informação a respeito da sua topografia de forma concisa e precisa pelo que eles conheciam da região nas suas mudanças, nômades ou seminômades pelo nosso território, tanto do seu litoral quanto do seu interior.

Se o rio “perdeu” o seu nome que haviam lhe dado os índios, o certo é que o burgo, o engenho e mais tarde a cidade (que muito tempo depois tornar-se-ia a capital da Província do Estado de Alagoas) se encarregava de perpetuar o seu nome indígena – Maceió – dessa evocação ao seu passado pantanoso, charco, alagadiço e selvagem ligados aos seus cursos d’água, sempre presentes na sua paisagem pré-urbana e urbana da atualidade.

Vejamos o que diz o historiador João Craveiro Costa na sua obra “Maceió” a respeito da origem da cidade de Maceió, quando ele nos informa que

nasceu espúria a cidade, no pátio de um engenho colonial, sem ascendência, conhecida e assentamento autorizado nas crônicas do período histórico da luta pelo domínio do gentio e conquista da terra, em seus mapas vão assiná-la na costa da Capitania de Duarte Coelho Pereira, onde está hoje a cidade de Maceió numa só habitação [...] Todavia um documento público de 1611 refere-se a existência de uma casa de telha em Pajussara de propriedade de Manuel Antonio Duro, a quem Diogo Soares, Alcaide-mor de Santa Maria Madalena (do sul – grifo nosso) doara uma sesmaria. (COSTA, 1981, p.1 a 3)

Manuel Antonio Duro, ao que tudo indica, provavelmente não tomou posse da sesmaria efetivamente e a casa de tijolo e telha, se é que chegou a se constituída, teve a sua escritura datada de 1611, que teria sido feita na vila de Olinda, quando, hoje, se sabe mediante outras pesquisas históricas bem posteriores terem revelado que a sesmaria não chegou a ser explorada pelo que se pode constatar segundo outros documentos holandeses – tanto escritos quanto os seus mapas – que são bem mais precisos e eficientes no que se referem à sociedade, à economia, ao cotidiano local e geopolítico daqueles tempos do passado colonial brasileiro. Entretanto, sabe-se que as antigas terras que hoje correspondem ao território do município de Maceió

provém de uma parte da sesmaria doada por Antônio de Barros Pimentel, uma outra parte das terras era de uma sesmaria que foi doada por Miguel Gonçalves Vieira e uma outra parte provém da sesmaria doada por Manuel Antonio Duro para que se constituísse o seu atual território que, em 16 de setembro de 1699, o Governador Geral de Pernambuco Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre assina uma carta de doação e sesmaria de Apolinário que Fernandes Padilha e outros para ocupação e exploração das terras de Maceió.

Não podemos aqui “deixar de falar” e registrar por escrito o fato da “evolução dos limites” do município de Maceió que passaram por uma série de modificações ao longo dos tempos. Por volta de 1815, a Vila de Maceió tinha como limite costeira a laguna de Mundaú até o Rio Santo Antônio Grande e mais para o interior as terras do Rio Mundaú e com o município de Atalaia.

Num segundo momento, por volta de 1823, Maceió passa a ter como limite norte o Rio Sauaçuy, a oeste com o Riacho Fernão Velho e a Lagoa do Norte (de Santa Luzia do Norte), a sudeste com o canal e a Barra da Lagoa e a Leste com o Oceano Atlântico. A partir de 1922, ocorreu uma outra nova demarcação, passando a ser ao norte São Luiz do Quitunde, ao sul e a leste o Oceano Atlântico, a oeste Santa Luzia do Norte e a sudeste Alagoas (hoje, Marechal Deodoro) e a última redefinição dos limites foi em 1950, ficando o limite norte São Luiz do Quitunde, ao sul Marechal Deodoro, a oeste Murici e Rio Largo e a leste o Oceano Atlântico. E, hoje, Maceió faz o seu limite norte com Flexeiras, São Luiz do Quitunde, Barra de Santo Antônio e Paripueira (que se tornou município depois da Constituição de 1988 que antes era parte do município de Maceió), ao sul com Conqueiro Seco e Marechal Deodoro, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Messias, Rio Largo, Satuba e Santa Luzia do Norte.

Retomando aquela discussão apoiada na citação de Craveiro Costa de que Maceió “nasceu espúria [...] no pátio de um engenho colonial, sem ascendência e assentamento autorizado nas crônicas do período histórico da luta pelo domínio do gentio e conquista da terra[...]” (COSTA, 1981, p.1) cuja tese da sua origem associada ao engenho Massaió-k defendida por vários historiadores como Tomás Espíndola, Craveiro Costa, Jayme de Altavila e muitos outros em função de quando se estava fazendo as escavações para a instalação dos alicerces da Assembleia Estadual, foi encontrado restos da construção do antigo engenho Massaió-k e que, por analogia, ele pode ter dado também origem à cidade de Maceió, tanto quanto a cana de açúcar ter dado origem aos municípios de Porto Calvo, São Luiz do Quitunde, Marechal Deodoro e Santa Luzia do Norte e a outros locais do território alagoano.



IMAGEM VII - Fonte: Catedral de Maceió, 2019.

O engenho Massayó se tornou depois propriedade de Apolinário Fernandes Padilha e que tinha passado por fase de desenvolvimento e em razão dos possíveis lucros obtidos com essa atividade econômica o que teria levado a desembolsar, em 1716, a quantia de 64 mil réis por conta dos foros da sesmaria a favor do almoxarife Manuel Lopes de Santiago conforme a quem se encarregarão de dissipar essa dívida, cuja verba foi colocada à disposição do devedor em 4 de junho de 1716 nos cofres da Receita Pública, regularizando a questão das terras ocupadas indevidamente.

Do primeiro engenho de açúcar, que teria sido erguido em Maceió, nem quando foi isso, nem o nome do seu 1º proprietário, não sabemos nada, entretanto o que se tem mais dados históricos foi sobre o engenho Massaió-k, de propriedade de Apolinário Fernandes Padilha, o erguimento da Capela de São Gonçalo, que, depois, foi substituída pela adoração à Nossa Senhora dos Prazeres em função da esposa de Apolinário Fernandes Padilha ser devota de Nossa Senhora, daí a substituição dos santos nos altares.



IMAGEM VIII - Fonte: Porto da Levada em Maceió, 1920

Por volta de fins do século XVIII, Maceió, que era uma pequena povoação, ainda não elevada à condição de vila e era apenas um povoado conforme o depoimento de um presbítero no fim do século XVIII, por volta de 1794, dizendo ele que “Maceió era pequeninha povoação, habitada por alguns vendilhões e pescadores, na qual o maior comércio era conduzir madeiras para as praças no que se ocupavam as embarcações que ali vinham e também com algumas sacos e caixas de alguns engenhos próximos”. O presbítero era Cipriano Lopes de Arroxelas Galvão, material de Pernambuco. (CAVALCANTE, 2005, p.32)

Talvez não existissem propriamente dita a nomeação de ruas ou artérias, mas vários lugares que, hoje, são bairros de Maceió já começavam a se formar como o engenho nas proximidades da Igreja da Catedral e praça Dom Pedro II (que se tornou no principal núcleo de irradiação do povoamento da mais tarde vila de Maceió, que tinha alguns locais mais povoados como Jaraguá (próximo ao ancoradouro), Poço, Bebedouro e Trapiche da Barra (em torno do porto da lancha ou das barças) e depois o porto da Levada (que se tornou no principal porto de abastecimento de Maceió durante várias décadas).

Hoje não restam dúvidas de que foi o pequeno porto de Jaraguá que impulsionou ou alavancou o progresso do povoado de Maceió que, aos poucos, foi se transformando em passagem obrigatória de carros-de-boi carregados de açúcar, algodão ou madeiras vindas do interior de Alagoas ou trazidos por barças, abrindo-se mais tarde estradas (terrestres, lacustres ou fluviais) de produtos vindos de Porto Calvo ou Alagoas (Marechal Deodoro) e outros lugares mais próximos ou até distantes, vindos dos vales dos rios Paraíba ou do Mundaú, onde Maceió foi perdendo, aos poucos, a sua fisionomia tipicamente rural e assumindo, aos poucos, uma fisionomia mais urbana, principalmente a partir de 5 de dezembro de 1815, quando ela foi elevada a condição de vila, sendo desmembrada da Vila de Alagoas (Marechal Deodoro hoje) desde que se construíssem o Pelourinho (símbolo do poder real), a cadeia e a Csa da Câmara de Vereadores e demais oficinas, onde Antonio Firmino de Macedo Braga construiu o Pelourinho, o senhor José Elias doou uma casa para servir como Cadeia Pública e o sobrado do pátio da capela foi transformado em Casa da Câmara e assim tudo foi feito e executado conforme o que se determinou pelo príncipe regente Dom João no Decreto Real de 5 de dezembro de 1815.

Não podemos esquecer que o crescimento acadêmico, social e geopolítico de Maceió tende estar associado ao processo de Emancipação política de Alagoas depois de 16 de setembro de 1817, da instalação dos cofres de uma fonte de arrecadação tributária no ancoradouro em Jaraguá (onde, hoje, funciona a MISA – Museu da Imagem e do Som de Alagoas) e a desativação do Porto do Francês um bom tempo depois.

Em 1817, Alagoas já independente de Pernambuco, a Vila de Maceió estava em seu pleno desenvolvimento urbano, surgindo vários bairros da hoje Maceió, que, na época, prevalecia “um arruado de casas” onde era comum, pelo outro lado da cidade, ver-se ela cortada por carros-de-bois quase todos os dias, daí o traçado de suas ruas estreitas e irregulares, mesmo que o primeiro presidente da Província das Alagoas Sebastião Francisco de Melo e Póvoas tenha encomendado um estudo preliminar de um engenheiro de como dever-se-ia encaminhar a sua ocupação urbana, cujo plano não foi dado continuidade pela administração seguinte que tudo ficou entregue ao “Deus dará”.



IMAGEM IX - Fonte: Carro-de-boi, no “Centro” de Maceió, 1922.

Melo e Póvoas tomou posse de seu cargo na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Alagoas (Marechal Deodoro), porém, passava mais tempo em Maceió – em função das obras da construção da alfândega, da junta de administração, da inspeção do açúcar e do algodão e em parte próximo ao “porto” (que corresponde ao atual prédio da Capitania dos Portos de Maceió), acabando Póvoas fixando residência num sobrado entre a Rua do Comércio e a Rua do Livramento (perto da Igreja do Livramento) e, em 5 de julho de 1819, foi criada a primeira freguesia eclesiástica de Maceió, que foi instalada definitivamente a partir de 8 de janeiro de 1821.

Melo e Póvoas continuou residindo em Maceió, o que desagradava aos moradores de Alagoas (Marechal Deodoro), que tinham ciúmes dessa preferência de Póvoas por Maceió (pelo comércio cada vez mais intenso de exportação de açúcar, algodão e madeiras e da importação

de produtos europeus principalmente, que estavam em mãos de comerciantes portugueses e ingleses e de nenhum brasileiro ao que nos consta nos relatos históricos, pelo menos no seu período inicial entre 1822 a 1850.

1821 foi um ano de grande agitação política – em função do processo de Emancipação Política do Brasil -, cujas tensões entre brasileiros e portugueses aumentaram e chegaram até a linchamento ou a conflito armado naquilo que se convencionou chamar de “mata, mata marinho”, em que Melo e Póvoas, por ser de origem portuguesa, deixou o governo da Província das Alagoas em janeiro de 1822, que passou a ser governado por uma junta governativa, que foi eleita e empossada, começou a desobedecer a Dom Pedro I, que fora aclamado defensor e protetor perpétuo do Brasil, cuja junta só reconhecia o poder das Cortes de Lisboa.

Jerônimo de Albuquerque Maranhão, rico proprietário em Maceió, reuniu e armou mais de 400 homens que destituíram a junta governativa que contou com o apoio de pessoas de São Miguel dos Campos e Porto de Pedras, que “engrossaram” o movimento armado, invadiram a capital e expulsaram os portugueses que compunham aquela junta governativa e colocaram brasileiros em seus lugares, resolvendo, assim, aquela problemática, declarando a sua adesão e apoio a Dom Pedro I.

Mesmo com a abdicação de D. Pedro I, para resolver problemas dinásticas em Portugal, em favor do seu filho menor D. Pedro, ainda uma criança, o povo saiu à rua e, algum tempo depois, atacou o Quartel de Artilharia Montada, encaminhado uma representação de 49 cidadãos brasileiros que, residentes em Maceió, faziam várias exigências aos portugueses que residiam em Maceió, onde os brasileiros festejavam a abdicação de D. Pedro I e os portugueses se escondiam ou fugiam para as matas, acontecendo vários incidentes, nesse sentido, até boa parte deles voltaram para Portugal que não eram simpáticos com a causa da “Independência” do Brasil.

Em 1833, Maceió é elevada a condição de Comarca – autarquia jurídica –, e, em 1839, na Presidência de Agostinho da Silva Neves, a capital foi transferida de Alagoas (Marechal Deodoro) para Maceió, mediante à enorme revolta dos moradores de Alagoas, que se uniram para impedir a “saída do cofre” de Alagoas, de onde se digladiavam “lisos” e “cabeludos”.

Da rebelião que se seguiu, não podemos esquecer que, em 1839, durante a presidência de Agostinho da Silva Neve, deu-se o grande impasse e a eclosão da crise que já vinha se arrastando há anos que era a transferência da Capital de Alagoas (Marechal Deodoro) para Maceió, cujo presidente já citado era favorável àquela mudança de capital, mas a população de Alagoas era contrária àquela transferência, contando com a participação de lideranças do tipo

de um Tavares Bastos e de um Major Manuel Mendes da Fonseca (pai do proclamador da República), e de outro lado dessa questão estava o Visconde de Sinimbu, que foi uma influente personagem da nossa história local e regional durante esse período imperial. Então, Silva Neves foi forçado a renunciar e a embarcar pelo porto do Francês para o Rio de Janeiro. Uma verdadeira guerra foi declarada entre Maceió e Alagoas com a participação de todas as cidades de Alagoas ou a favor ou contra Maceió e alagoas, onde as vilas também opinavam sobre a questão através da imprensa, onde as tropas também se dividiram a favor de um lado ou de outro, onde venceram os partidários de Sinimbu, que eram a favor da transferência, que, na época, era ele vice-presidente da Província das Alagoas, que interceptou o navio que levava Agostinho da Silva Neves para o rio de Janeiro e o reempossou no cargo de presidente da Província das Alagoas (Marechal Deodoro atualmente), vários revoltosos presos, inclusive o Major Manuel Mendes da Fonseca e outras lideranças do movimento. E em 9 de dezembro de 1839, a resolução Legislativa n.º 11, que determinava a transferência da capital de Alagoas para Maceió.

Resolução Legislativa N.º 11 com a seguinte redação:

“Agostinho da Silva Neves, Presidente da Província de Alagoas, faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo Único: Fica erecta em Cidade e Capital da Província a Vila de Maceió, será dora em diante a sede do Governo autorizado a dispensar a quantia, ficando com alugueis dos edifícios para ditas repartições. Ficaram revogadas todas as leis e disposições em contrário. Mando, portanto, a todas autoridades, a que o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela contém. O secretário desta Província a faça cumprir, publicar e correr. Palácio do Governo de Alagoas, 9 de dezembro de 1839, décima oitava da Independência do Império. Agostinho da Silva Neves. Nesta secretaria de Governo, foi publicada a presente resolução em 9 de dezembro de 1839. Antonio Luiz de Araújo”

(CAVALCANTE, 2005, p. 61)

Apenas lembrando que anteriormente a esse fato histórico de transferência da Capital para Maceió que tinha-se determinado o fechamento do Porto do Francês em função da sua impropriedade de continuar seguindo como porto pela sua estreiteza e baixa profundidade, o que dificultava a manobra dos navios que se arriscavam a colidir com os arrecifes existentes na praia do Francês, aumentando gradativamente o nível de dependência de Alagoas para com o

ancoradouro do Jaraguá em Maceió, cuja cidade cada vez mais crescia e se desenvolvia ao passo que Alagoas (Marechal Deodoro) hoje) ia entrando num processo gradativo de declínio e relativo abandono, “parada no tempo e no espaço”, só retomando o seu crescimento quando da instalação de uma usina Sumaúma em seu território, os festivais de verão de Marechal Deodoro, a descoberta da Praia do Francês por alagoanos e turistas e a instalação do Distrito Industrial de Marechal Deodoro onde várias fábricas foram lá instaladas.

Apenas lembrando de que na época da transferência de capital, Maceió já contava com 20 Paróquias, 5 comarcas, 15 termos e 15 povoados, uma cidade-capital, e quanto ao setor educacional, tinha-se 38 cadeiras de instrução primária, sendo 31 para crianças do sexo masculino e 7 para o sexo feminino, 5 cadeiras para alunos de educação secundária, uma cadeira de latim, uma de francês em Penedo, no Colégio Estadual de Artes e Ofícios, que teve vida efêmera, enquanto o outro, Liceu Alagoano, o de Maceió (depois chamado de Colégio Estadual de Alagoas, continua existindo até os dias atuais), mesmo tendo cofres públicos um déficit orçamentário enorme com uma receita de 98.098,754 réis e uma despesa de 152.928,623 réis, onde a “ordem pública” era um desastre, onde até os juízes eram, às vezes, mortos no exercício do seu cargo e o banditismo crescia no agreste e em partes do sertão alagoano, segundo documentação da época.

Ainda no século XIX, desmistificando aquela falsa ideia de que Alagoas era uma província de “índole pacífica, basta aqui mencionar dois fatores que desmentem esse falso mito:

1) A ocorrência de várias rebeliões, motins, guerras que aqui teriam ocorrido como a Guerra dos Cabanos (1832/1835), tão bem estudados por Manuel Correia de Andrade, Décio Freitas e Dirceu Lindoso, que tiraram aquele movimento social da marginalidade e o colocaram num digno lugar mais na história brasileira, analisando a sua evolução de um movimento que desejavam a restauração ou a volta de D. Pedro I ao poder para lutarem por terras e melhores condições de vida, incluindo índios de Jacuípe, papa-méis ou brancos pobres, todos liderados por Vicente de Paula.

2) há também as lutas entre “Lisos” e “Cabeludos” entre seguidores de Tavares Bastos ou do Visconde de Sinimbu, que é um conflito dentro da própria oligarquia latifundiária, açucareira e escravocrata, que tinham seus “pontos de vista” diferentes, mas que todos eles eram “da elite” em oposição aos pobres, pretos e dos miseráveis já naquela época.

3) Há também as lutas dos Quebra-Quilos, que foi um movimento de rebelião das classes mais comerciantes que dependiam mais “do metro”, “dos quilos”, das balanças para fazerem os seus negócios nas feiras através da introdução de um novo sistema métrico decimal francês onde a população não aderiu ao novo sistema métrico, existia geralmente uma bitributação em

cima dos comerciantes por ficais desonestos e uma perversa carestia (inflação) que atacava a todos, daí a fúria do povo que via-se desprotegido, pagando uma alta carga tributária e ainda sendo obrigados a trocar os seus “pesos e medidas” pelo novo sistema métrico francês. O povo atacou os cartórios de alistamento militar e até feiras que foram também incendiadas. Isso aconteceu em Maceió, Atalaia, Murici, Anadia e São Miguel dos Campos.

4) Essa instabilidade política e a dificuldade de administrar-se a província das Alagoas está associado aos seus déficits orçamentários ao longo da sua história e também à intensa luta política pelo poder em Alagoas, culminando em ter-se mais de 60 presidentes dessa província só no império com mandatos curtos, curtíssimos, alguns poucos de alguns anos e apenas um alagoano tê-la comandado – o Visconde de Sinimbu.

Um dos mais importantes acontecimentos que aconteceu em Alagoas em meados do século XIX foi a visita de sua majestade D. Pedro II a Alagoas (na sua visita às Províncias de norte do Brasil, como eles assim chamavam), tendo o imperador visitado Porto de Pedras, Porto Calvo e Colônia de Leopodina no norte de Alagoas, na região das lagoas Mundaú e Manguaba, ele teria visitado Maceió, Pilar, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte, Fernão Velho e Alagoas (Marechal Deodoro), assim como a região do Rio São Francisco – o foco principal da sua viagem – que ele desejava interligar o baixo, o médio e o alto São Francisco – por trem, barcaças a vapor e à vela, tropeiros e torná-la o celeiro agrícola do país já naquela época, mas uma parte da elite baiana boicotou o projeto com medo de perder os seus privilégios e, daí, ter-se um busto de D. Pedro II na praça em frente à Catedral metropolitana de Maceió, em agradecimento pelo que ele fez por Alagoas:

Em 1850, D. Pedro II esteve em Maceió, hospedando-se no Palacete do Barão de Jaraguá (prédio onde hoje funciona a Biblioteca Pública Estadual). Ainda aqui na capital, o imperador inaugurou a imponente Igreja Matriz e visitou escolas e outros prédios públicos, distribuindo medalhas e concedendo títulos nobiliárquicos. (TENÓRIO, 2015, p.65)

Por volta de 1860, Alagoas tinha uma população de 249.687 habitantes e, na década seguinte, passou-se para 341.316 habitantes entre a sua população livre e escrava, tendo um aumento bem considerável para a sua época.

Era um mundo comumente rural, onde povoados foram transformados em vilas – com câmara, cadeia pública e um pelourinho (símbolo do poder real), que evoluíram para a constituição das comarcas, freguesias, municípios e núcleos urbanos que se formaram e se desenvolveram como feito de uma ação mais concreta de povoamento que, nesse período de 1860, Alagoas já tinha 7 comarcas que, depois, evoluíram para 14 e mais 8 aldeamentos indígenas, que todos eles eram: Maceió, Santa Luzia do Norte, Porto Calvo, Passo do

Camaragibe, Atalaia, Anadia, Penedo, Porto de Pedras, Alagoas, São Miguel dos Campos, Pilar, Assembleia (Viçosa atualmente), Imperatriz (União dos Palmares), Palmeira dos Índios, Coruripe, Traipu, Mata Grande e Pão de Açúcar.

Maceió, cuja posição geográfica favorável do seu porto e o seu crescente desenvolvimento comercial e a condição de capital da província, já contava com 53 ruas e várias povoações em torno do seu centro histórico, onde já se destacavam o Jaraguá (próximo ao ancoradouro, à igreja Nossa Senhora Mãe do Povo e ruas circunvizinhas), o Trapiche da Barra, o Poço, Bebedouro, Mangabeiras e a povoação de Ipioca ao norte de Maceió, cuja capital apresentava uma das mais altas taxas da sua população escrava, 3.326 escravos, e uma população livre de 10.668 homens.

A economia provincial girava em torno dos canaviais, da extração da madeira e do algodão, que começava a se espalhar pelo agreste e pelo sertão alagoano.

É louvável a iniciativa do magistrado e fazendeiro proprietário do engenho Riachão em Santa Luzia do Norte em ter implantado as primeiras mudas de café em Alagoas que passou a ser implantado em cada fazenda para o seu consumo local e não deslanchou como cultivo para exportações como no sudeste que Barnabé Rosa Oiticica acreditou que um dia poderia sê-la, pelo menos, autossuficiente na produção do café.

As exportações alagoanas via ancoradouro de Jaraguá eram geralmente de açúcar, algodão, madeiras, carne seca, coco que iam para a Inglaterra, Gibraltar, Alexandria no Egito, Estados Unidos, Bélgica, Áustria, Itália e Alemanha e importava-se tecidos de algodão, chitas, lãs e seda, carne salgada, bacalhau, farinha de trigo, vinhos, ferragens, azeites, sal e drogas medicinais.

Além da desvalorização dos preços do açúcar e do algodão no mercado internacional, os déficits orçamentários da Província das Alagoas e a introdução da célera morbus, que matou boa parte da população local principalmente de escravos, que chegou a Alagoas pelos portos a começar por Penedo e depois se espalhou por toda a província, matando tanto ricos como pobres.

Os ventos da modernidade em Alagoas advêm de um maior dinamismo da economia mundial, que o nosso país tentou segui-la, onde Maceió era quase uma pequena aldeia sem água encanada (servia-se da cacimba), não tinha coleta de lixo, calçamento, iluminação pública e pobres construções públicas que Diégues Júnior, em seu trabalho sobre “evolução urbana e social de Maceió no período republicano”, contida na obra “Maceió”, de João Craveiro Costa, informa-nos que

“Maceió, a sua existência começa com o império, de forma que as linhas arquitetônicas de suas edificações são características daquela época: o gosto pelos azulejos nas fachadas, nos enfeites no alto das casas, as ‘pinhas’, as figuras mitológicas, os ‘abacaxis’, as casas impressadas umas nas outras, sem ar devido ao forte crescimento urbano que sofreu”. (TENÓRIO, 2017, p. 70)

A partir de 1866, foi estabelecido o serviço de trem interligando o Jaraguá ao Centro, e o Trapiche da Barra (que nasceu de um armazém, daí o nome “Trapiche”, que recebia produtos dos Vales do Paraíba e do Mundaú), além do outras ferrovias e a navegação fluvial, lacustre e marítima, que incrementaram o nosso progresso, onde vapores, alvarengas, sumacas e barças grandes levaram o progresso ao Pilar, São Miguel dos Campos, Penedo, que mantinham o comércio com as “praças” de Maceió, Salvador e Recife e o resto do país, além do comércio com vários países europeus (Inglaterra, Portugal, Alemanha, Suécia, Dinamarca, França e Holanda), tomando como base a quantidade de navios que ancoravam no nosso ancoradouro (porto) de Jaraguá com um total de 64 embarcações, que fizeram comércio conosco.

Era o tempo dos trens urbanos que estavam interligados por toda a Província, da navegação a vapor costeira e no vale do São Francisco e com outras províncias ou países do exterior, do calçamento e iluminação a gás das ruas mais centrais da capital, dos palacetes no meio dos sítios e subúrbios e da chegada do telefone e da fotografia (mais tarde), do hábito do jornal diário e lê-lo depois do café, da cerveja, do chá das cinco (dos ingleses como era chamado este costume), do guarda-chuva, da cartola, das meias finas e mulheres elegantes desfilando das escolas públicas, do paletó , do chapéu panamá e de vários sindicatos ou organizações do comércio e tantas outras coisas não aqui faladas ou escritas.

É nesses tempos que ocorre o surgimento da Caixa Comercial da cidade de Maceió, da Companhia União Mercantil (a primeira fábrica de tecidos de Alagoas, fundada pelo Barão de Jaraguá), o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, a Associação Beneficente dos Tipógrafos, clubes literários, recreativos, associações de classes (caixeiros viajantes, professores, tipógrafos, artistas) e a própria Associação Comercial de Jaraguá em estilo neoclássico, bem mais eclético, mais especificamente com característica predominantemente do Eclétismo (uma maior mistura de estilos artísticos).



IMAGEM X - Fonte: Associação Comercial de Maceió, Jaraguá, 2018.

Durante a primeira década do século XX, muitos ainda não tinham se dado conta que o império teria sido derrubado através de um golpe e instalado uma nova República que “não teria dito para que veio “ que, em vez de solucionar os graves problemas herdados do império, pelo contrário, agravou-os ainda mais, como a transição do trabalho escravo para o livre, de escravo para cidadão, mercado de trabalho, emprego, moradia, acesso à educação, saúde e outros serviços essenciais para você ser respeitado como cidadão.

Nessa época, na Rua do Comércio, existiam cafés, confeitarias, bilhares, casas de comércio, foi inaugurado o Palácio dos Martírios, do Tribunal de Justiça, do Teatro Deodoro, de praças e ruas bastante movimentadas, cheias de pessoas e transeuntes, iluminação a gás, calçamento das ruas principais de Jaraguá e algumas do Centro da Cidade, pontes de ferro do embarque e desembarque dos navios, rede de telégrafo, casas bancárias e seguradoras, navegação a vapor e prédios mais vistosos e caprichados na sua arquitetura, como o Consulado Provincial (hoje Museu da Imagem e do Som), a alfândega de Jaraguá (hoje Prédio da Receita Federal), Capitania dos Portos, Assembleia Provincial (Assembleia Legislativa), Associação Comercial de Jaraguá, Palacete do Barão de Jaraguá (hoje Biblioteca Pública Estadual) e outros prédios, e o comércio de importação e exportação se intensificou mais ainda do que era antes.

O primeiro Código de Postura Municipal data de 1845, que foi atualizado pelo de 1866, que dizia que “toda casa que de ora em diante se edificar terá pelo menos dezoito palmos de altura, as janelas de peitoral terão oito palmos e meio de vivo em altura e cinco e meio de vivo

em largura”, ou essa outra que determinava a limpeza das ruas, que estava a cargo dos maceioenses: “os moradores desta cidade e seu termo serão obrigados a ter limpos as testadas de suas casas, sítios e fazendas até o meio da rua, e os infratores serão multados em dois mil réis”, ao passo que esse Código de Postura Municipal faz uma recomendação quanto aos incêndios, dizendo que “quando houver incêndio, será obrigado cada vizinho do quarteirão em que for e dos quatro lados a mandar imediatamente os que tiverem um escravo com barril de água e apagar o incêndio, os quais se apresentarão a qualquer inspetor de quarteirão sob pena de dois mil réis de multa”. E os lixos ou eram enterrados nos fundos dos quintais ou jogados ao mar “pelos tigres” (que eram negros que jogavam as fezes no mar e se manchavam de fezes), cujo trabalho eram feitos à noite e com cuidados para não serem descobertos e punidos, com multa de cinco mil réis, para não incomodar ao público.

Quando a República já tinha sido proclamada, assumiu o governo republicano em Alagoas o Senhor Tiburcio Valeriano e uma junta governativa até o afastamento dele e a nomeação de Pedro Paulino da Fonseca para assumir o governo de Alagoas, cujo seu governo foi bastante tumultuado. Ele era um intelectual estudioso da história e da geografia, perdeu “o rumo e o prumo” frente às intrigas intermináveis, os “puxa-saco” e aproveitadores, terminando por fechar jornais, não aceitar traições, críticas injustas e acabou renunciando o cargo de Governador e o seu vice, o Barão de Traipu, passou muito pouco tempo no poder, sendo deposto e sucedido por um outro republicano histórico de Penedo Gabino Besouro, já no governo de Floriano Peixoto, quando partidários de Barão de Traipu fugiram do Palácio e foram se entrincheirar no Hotel Nova Cintra depois de um tiroteio que deixou dezenas de mortos e feridos, cujo fato o Presidente da República Prudente de Moraes enviou tropas de Sergipe para apaziguar a questão, e os militares partidários de Gabino Besouro foram transferidos ou reformados e, logo depois, o governo passa para Manuel José Duarte e, depois, passa para Euclides Malta, que, por mais de 15 anos, se instalam no governo de Alagoas e quando ocorre o fatídico “Quebra dos Terreiros de 1912”.

Tentaremos, agora, fazer uma retrospectiva bem rápida, rapidíssima a respeito da herança histórica africana de um povo que honra a sua própria história através de um processo de lutas, resistência e determinação, sempre com sorriso nos lábios e garra impressionante dentro do contexto das cidades de Maceió, como uma demonstração de que aquele fato histórico da “Quebra dos Terreiros de 1912” não foi um fato isolado, mas, sim, parte de um processo mais amplo de negação, de não pertencimento e exclusão, discriminação e intolerância religiosa e cultural em desrespeito às heranças culturais africanas articuladas por uma elite branca que se

achava superior a tudo e a todos, sob todos os aspectos da vida social e geopolítica de Alagoas e do Brasil.

Para Alagoas, durante mais de três séculos e meio, prevaleceu o tráfico de escravos africanos para o Brasil, principalmente para as capitanias de Pernambuco (que Alagoas fazia parte), Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão, cujas regiões geralmente foram produtores de açúcar que, sem o trabalho escravo, era impossível produzi-lo em larga escala, tornando-se eles, na expressão de Antonil, “os pés e as mãos do branco no Brasil”, isso porque eram eles que faziam todo o trabalho braçal dentro e fora dos engenhos, cujos primeiros, em Alagoas, foram fundados em Porto Calvo, Alagoas do Norte (Santa Luzia do Norte e Alagoas do Sul (em Marechal Deodoro).

Gabriel Soares de Souza nos informava que, no final do século XVI, já existiam cerca de 5.000 escravos em território alagoano vindos de Guiné, Moçambique e Angola, que deixaram marcas importantes sobre a identidade alagoana, sejam elas na história, na religião, medicina, agricultura, toponímia (nome dos lugares), música (instrumentos musicais diversos), dança, culinária, artesanato, esporte, folclore e até de personagens históricas, como Zumbi dos Palmares, Dandara, Ganga-Zumba, Aqualtune, Joana Gajurú, Rodrigues de Melo, José Zumba, Tia Marcelina, que não podem ser esquecidos.

O uso do inhame, de pimenta malagueta, da colher de pau, da folha da bananeira, que se somam aos muitos vocábulos de origem africana, como os termos “neném”, “pipi”, “caçula”, “banguela”, “quindim”, “bumbum”, “cocô”, “mainha”, “quitute”, “cochilo”, “cafuné”, “batuque”, “samba”, “banzo”, “cangote”, “cachimbo” “mutange” “cambona”, “Quitunde”, “cumbe”, “lunga”, “calunga” e, no campo da culinária, a “feijoada”, o “munguzá”, do “cuscuz”, o “angu”, a “canjica”, o “arroz de coco”, a “farofa” e o uso do “quiabo”, do “mulungu”, do “cuscuz” (do Norte da África inventado pelos árabes e trazida para o Brasil pelos africanos).

O legado africano em Alagoas sofreu muita opressão, violências de todo o tipo, discriminação e outras situações constrangedoras, seja na zona rural ou urbana, onde eles teriam que esquecer o seu nome de origem africana, serem “rebatizados” com um nome de origem portuguesa, convertido à força ao catolicismo, abrir mão de seus deuses, ritos e vínculos espirituais, com as suas raízes africanas, seja o Candomblé ou a Umbanda, criada aqui no Brasil.

Para os brancos, tudo não passava de bruxaria, feitiçaria e superstições sem importância, mas foi justamente a religião que os manteve coesos e firmes no seu propósito de viver e sobreviver as adversidades, seja fugindo para os quilombos ou praticando os Candomblé ou até se associando às Irmandades Católicas de São Bento, Santa Efigênia ou Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, cuja vitalidade da herança africana pode ser constatada nas danças do

Bumba-meu-boi, no Reisado dos Congos, na dança do Maracatu, das Negras da Costa ou das Baianas, no Reisado, nas Taieiras ou no Samba dos Matutos.

Há três igrejas situadas no Centro de Maceió, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a Igreja de São Benedito e a Igreja de Bom Jesus dos Martírios, que foi fundada por um homem negro chamado Manuel Luiz Correia, em 1833, que, apesar de ser uma igreja de devoção dos homens-de-cor, porém, a chegada de famílias brancas foi determinante para eles se apossarem do templo, e os negros, alguns escravos e alforriados, fossem afastados do templo e apropriado pelos brancos. A irmandade mais antiga das três citadas é a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, na Rua do Sul.



IMAGEM XI - Fonte: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Rua do Sol, Maceió/AL, 2018.

Antes de 1630 a 1695/7, foi o tempo de duração ou existência do Quilombo dos Palmares, que sofreu o ataque de mais de 20 expedições oficiais e oficiosas, onde o sonho da liberdade dependia da capacidade organizativa de Palmares, articulação política, uso da tática de guerrilhas e exploração plena dos recursos naturais e esconderijos que a zona da mata muito bem salvaguardavam, além de uma divisão de tarefas entre homens e mulheres que podiam

ocupar cargos militares, agricultores, ferreiros, “armeiros” e outras tarefas, onde sobressaia-se personagens, como Ganga-Zumba, Zumbi, Dandara e várias outras personagens que compuseram a história do Quilombo dos Palmares, que teve como mocambo: Osenga, Dambradanga, Andalaquituche, Zumbi, Acotirene, Tabocas, Subupira e Macacos, que eram, ao todo, 18 mocambos, que chegaram a abrigar 20 mil pessoas, que só depois de 1690 Domingos Jorge Velho passou a comandar as tropas para destruir Palmares em 1695/7.

Palmares demonstrou na sua época histórica que foi possível construir-se uma sociedade mais igualitária, onde índios, alguns brancos, mestiços e negros quilombolas viveram, lutaram e morreram pelas suas devidas liberdades individuais e, acima de tudo, coletivas, enquanto sociedade alternativa, o sonho foi possível se materializar historicamente, mesmo mediante o “rolo compressor” do Estado português imperialista monopolista e escravocrata.

No século XIX, mesmo tendo-se organizado várias sociedades abolicionistas, em Alagoas, em Penedo e Maceió e alguns outros locais do território alagoano, onde assumiu papel de destaque naquele processo de lutas em prol da abolição em Alagoas, a Sociedade Libertadora Alagoana³, que chegou, inclusive, a criar a “escola Central”, uma escola para ensinar a ler, a escrever e a encaminhar para uma determinada profissão os negros e negras beneficiados pela Lei do Ventre Livre (filhos de escravos que, agora, eram livres), e o Estado brasileiro não disponibilizou nenhuma casa ou creche para abrigá-los ou atendê-los, ficando muitos deles entregues à própria sorte ou tuteladas pelo senhor proprietário do pai ou da mãe deles ainda escravos, que, quando eles atingiam de 16 a 18 anos, não estavam livres (juridicamente sim, mas, de fato, não em função de quem ficou responsável pelo seu crescimento e sustento – alimentação, roupas etc. – ia até o juiz da Comarca e apresentava a ele o quanto gastou com ele, então o juiz determinava que aquele negrinho livre teria que trabalhar “X” anos para o seu tutor para pagar o que foi gasto para o seu sustento econômico. E a outra lei abolicionista do sexagenário quem vai querer um escravo com mais de 60 anos (que pouquíssimos chegavam a sua idade). Essa lei beneficiou mais os brancos (que se livraram dos negros velhos) do que os pretos, que preferiam permanecer escravos vários deles.

Élcio Verçosa destaca a importância dos negros africanos, além da economia, linguagem, culinária, indumentário, dança, música presentes no cotidiano popular. Os escravos foram fazendo Alagoas ficar negra também na alma, na medida em que sincretizaram seus Orixás, que se formassem e chegassem até o Xangô, que representa

³ Que tiveram a participação de Dias Cabral, Diégues Júnior, Pedro Nolasco Maciel, Francisco Domingues da Silva, Antonio José Duarte, Eusébio de Andrade, Fernandes Lima, Ricardo Brennand Monteiro, Luiz Lavenére, José Helgenio Carvalho, José Gomes Vieira, Luiz Mesquita e várias outras mulheres, Francisca Falcão, Amélia Domingues, Lucie Lordsleen, Clotilde Menezes e outras mulheres.

uma religião bem viva de características locais ainda com raízes africanas. (VERÇOSA, 2016, p. 208)

Uma das primeiras contagens da população de Alagoas foi feita em 1847, que constatou uma população geral em torno de 207.294 habitantes, sendo 167.619 da sua população escravizada, onde a sua população livre era composta por 56.461 de brancos, 92.236 de pardos, 6.733 de índios e 12.461 de negros livres, cuja velocidade de crescimento dessa população dependia das suas condições sanitárias e os surtos do cólera, que atingia em cheio a sua população mais pobre, de origem escrava ou negra. No censo de 1870, a população negra de Maceió excedia a 12% da população livre.

Maceió teve um papel relativamente de vanguarda quando se refere às nossas raízes africanas, quando negros estavam também nas ruas, becos, travessas no Centro e em Jaraguá e em outras regiões da Capital, como “negros de ganho” circulando com cesto na cabeça, vendendo frutas, doces, licores, tapiocas em lugares como Cambona, Parque Gonçalves Ledo, Rua Ladislau Neto, Rua Ângelo Neto, cujos nomes das ruas vieram muito tempo depois e abrigam partes dessa população negra.

Os negros venceram as adversidades, os desafios, a marginalidade e o preconceito, cuja sua rica herança cultural está bem presente nos bairros periféricos de Maceió, como Vogel do Lago, Ponta Grossa, Tabuleiro, Bebedouro, Poço até a pescaria, onde há redutos da cultura negra em Maceió.

A quebra dos terreiros de 1912 foi marcante para a história de Alagoas e de Maceió também, que marca além de queda da Oligarquia dos Malta e a exclusão da política da salvação em maio, a briga de Euclides Malta e Fernandes Lima, cuja “operação Xangô” não passava de uma grande intriga ou farsa, dizendo que o antigo governador Euclides Malta só se mantinha no cargo porque frequentava os terreiros e tinha a proteção de divindades “do mal”. Fernandes Lima e seus seguidores divulgaram essas notícias em toda a capital, que contou com o apoio de uma liga paramilitar dos Republicanos Combatentes, que fizeram guerra suja contra os terreiros existentes em Bebedouro, Ponta Grossa, Poço, Jaraguá, Trapiche, Praça Sinimbu e outros locais de Maceió, cujos pais e mães de santo foram “torturados” e/ou mortos, ou tiveram de fugir de Alagoas para não serem mortos e outra humilhações de que foram vítimas.

CAPÍTULO II: ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO INÍCIO DA REPÚBLICA ATÉ ANTES DO QUEBRA DE 1912 NO BRASIL E EM ALAGOAS

Em julho de 1873, reuniram-se na cidade paulista de Itu muitos entusiasmados com a ideia da implantação de uma república entre nós. Recepcionados por um grande proprietário da região, Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, formalizou-se a fundação do Partido Republicano Paulista no encontro que ficou conhecido como Convenção Republicana de Itu⁴.

Entre as decisões tomadas naquela ocasião temos uma muito importante para relevar o pensamento dos presentes: o novo regime seria implantado após a morte do imperador Pedro II, que já apresentava, apesar da sua pouca idade, sinais de um envelhecimento precoce⁵. Tanto que na década seguinte, o monarca aparentava ser um octogenário ou nonagenário, quando na verdade tinha menos de sessenta anos. Portanto, para aqueles republicanos, a desejada república dependia da continuidade ou não da própria monarquia.

Como as eleições no período monárquico eram distritais, vários líderes republicanos (que eram grandes proprietários) conseguiram serem eleitos e participaram livremente das atividades parlamentares por quase duas décadas (prática que foi terminantemente proibida aos derrotados de 1889)⁶. A principal bandeira daqueles primeiros republicanos era a descentralização administrativa, no que tinham o apoio do Partido Liberal. Deve-se destacar que essa situação política (ou seja, a participação de deputados republicanos no Parlamento da monarquia), ocorria em um momento em que o grande assunto em debate nas casas legislativas era a continuidade ou não do regime escravista que ainda vigorava na legislação brasileira.

Tem sido comum nas falas mais populares (principalmente as vinculadas pela literatura ou pela televisão) a radical associação entre o republicanismo e o abolicionismo. Nada mais falso! Nem sempre eles conseguiram chegar a um denominador comum a ambos. Isso só muito tempo depois.

Muitos senhores de escravos militavam nos clubes republicanos e não se sentiam obrigados a alforriar os seus escravos pela sua opção político-partidária. Por outro lado, o principal líder abolicionista no plano legislativo era um monarquista convicto, o pernambucano Joaquim Nabuco, que era um abolicionista de corpo e alma. Vemos que república e abolição

⁴ A reunião se deu no dia seguinte da inauguração da ferrovia da Cia. Ituana, o que facilitou o deslocamento dos convencionais.

⁵ Pedro II nasceu em 2 de dezembro de 1825, portanto, quando da realização da Convenção tinha apenas 48 anos de idade.

⁶ Um exemplo deste fato é protagonizado por Prudente de Moraes, convencional em 1873 e presidente da república entre 1894-1898.

são assuntos contemporâneos, mas não são, necessariamente, unidos na mesma plataforma. Mas retornemos ao nosso ponto principal.

Ao lado das divisões políticas patrocinadas pelo movimento abolicionista (gerador de debates muitas vezes violentos, quer no Parlamento, quer fora dele), a presença de um Estado centralizado e centralizador, como era o monárquico, continha dentro de limites bastante suportáveis as disputas políticas regionais e, principalmente, as locais. Os mandatários (que eram, via de regra, os principais latifundiários da região) viam-se obrigados a se conformar com as diretrizes impostas pelos dois grandes partidos da monarquia, o Liberal (descentralizador) e o Conservador (centralizador). As eleições, mais ou menos honestas, permitiam a cada grupo político o exercício do poder, pois havia uma alternância partidária no plano nacional que determinava a mesma atitude nos níveis regional e local⁷. Essa alternância era fruto, principalmente, da ação de D. Pedro II utilizando-se do Poder Moderador.

O golpe militar desencadeado na cidade do Rio de Janeiro no início da manhã do dia 15 de novembro de 1889 veio alterar abruptamente esta hipócrita situação de equilíbrio político-partidário patrocinado pela monarquia centralizadora.

Até hoje há autores que discutem se o objetivo inicial dos golpistas era derrubar o governo liberal do Visconde de Ouro Preto (que tomara posse em 7 de junho de 1889) ou a monarquia de Pedro II⁸. Mas isso não importa ser discutido aqui, o que merece destaque é que aquela conjunção de velhos militares (oriundos da Guerra do Paraguai) com jovens oficiais doutrinados pelo positivismo de Auguste Comte (que não mais entusiasmava ninguém na sua França originária) levou à imposição de uma situação política confusa que redundou em conflitos sangrentos.

Enquanto os republicanos de raiz procuravam consolidar o seu poder fundamentado no federalismo extremado que garantiria liberdade de ação aos mandatários locais, os militares envolvidos no golpe viam no novo governo a possibilidade de assegurar as vantagens pecuniárias que acreditavam estarem sendo negadas pelos “casacas”, como eram chamados pejorativamente os líderes políticos civis (eram, portanto, claramente centralizadores, como os seus inspiradores, ou seja, os militares platinos com quem tinham convivido durante a Guerra do Paraguai entre 1865 e 1870).

⁷ Pela Constituição de 1824 cabia ao Poder Executivo central a nomeação dos Presidentes de Província. Com a criação do cargo de Presidente do conselho de Ministros (1847), a nomeação passou a ser feita pelo gabinete que assumia o governo do Império.

⁸ O autoproclamado líder do golpe, o alagoano Marechal Deodoro da Fonseca era inimigo pessoal do Visconde de Ouro Preto e não concordava com a política enunciada pelos liberais que voltavam ao poder depois de terem ficado afastado deles por vários anos.

Estava aberta a “Casa da Mãe Joana” nas terras de Pindorama!

E não é só nossa esta avaliação, afinal, após dez anos do novo regime, um grupo de monarquistas liderados pelo Visconde de Ouro Preto publicou um alentado estudo sobre a primeira década republicana. Procurando defender as suas opções políticas e desancando a imposta no 15 de novembro, o texto revela de modo muito crítico o que foram aqueles primeiros anos do novo regime na visão dos vencidos. Os autores não têm dúvidas de classificar os primeiros governos (Deodoro & Floriano) como uma ditadura militar, dando, porém, pouco destaque ao primeiro governo civil chefiado por Prudente de Moraes, que era um histórico militante do movimento republicano (presidente quando da elaboração da obra acima mencionada).

Nessa conturbada década tivemos a volta das grandes convulsões militares de cunho regional que pareciam eliminadas desde a derrota da *Praieira*⁹. Além dos dois levantes da Armada (o primeiro levou à renúncia do néscio Deodoro e colocando na presidência inconstitucional o violento Floriano Peixoto¹⁰, e o segundo que ficou marcado por várias trapalhadas diplomáticas), tivemos a sangüinária *Revolução Federalista* (1893-1895), que dilacerou os estados do sul do Brasil¹¹, e o massacre de Canudos (1896-1897), em que o glorioso Exército da campanha paraguaia exterminou no norte baiano um levante de sertanejos miseráveis que viam como a sua única esperança de sobrevivência a implantação de uma monarquia celeste chefiada pelo lendário rei português D. Sebastião, sob a liderança do rezador Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro.

Essas revoltas (pois foram muito menos do que revoluções, apesar da violência que as caracterizou) exacerbaram os ânimos entre os velhos republicanos (descentralizadores por origem) e os militares positivistas (centralizadores e autoritários por princípio). Qualquer motivo, por mais irrelevante que fosse, era forte o bastante para desencadear manifestações de ódio: os empastelamentos de jornais, por exemplo, tornaram-se uma prática comum para silenciar o grupo adversário (aqui devemos lembrar que durante o Império não havia censura à imprensa).

Um outro caso que exemplifica esta situação de confronto de posições ditas republicanas, e que encontramos amiúde nos textos que retratam o início do regime na então

⁹ A *Praieira* foi um movimento de caráter liberal e federalista que eclodiu na província de Pernambuco, no Brasil, entre 1848 e 1850.

¹⁰ A Primeira Revolta da Armada (que não participara do golpe de 1889) ocorreu em novembro de 1893, a segunda ocorreu entre 1893 e 1894 e patrocinou o bombardeio naval de pontos da cidade do Rio de Janeiro.

¹¹ Guerra Civil entre os que defendiam maiores poderes para o presidente da república e os que apoiavam a descentralização do poder, com maior participação dos Estados.

Capital Federal, é a perseguição aos praticantes da capoeira, classificada como crime pelo *Código Penal da República* (Capítulo XIII – “Dos Vadios e Capoeiras”). A disputa (por interesses pessoais) entre o ministro Quintino Bocaiuva e o chefe de polícia Sampaio Ferraz desencadeou a ação policial que provocou a prisão e a deportação de capoeiristas para o Presídio de Fernando de Noronha. Entre outros motivos, temos que os novos senhores do poder não aceitavam essa manifestação popular de luta, apesar de a mesma ter sido utilizada com sucesso durante a sempre citada Guerra do Paraguai e ser praticada até por jovens membros da elite.

Outro ponto de conflito era o papel que a religião deveria exercer na sociedade. Os positivistas apresentavam a religião como uma manifestação característica das sociedades arcaicas e que não tinha lugar no mundo positivo defendido por Comte. Contudo, não devemos esquecer que no mesmo momento histórico impunha-se no mundo católico o movimento ultramontano¹². O conflito dessas duas posições antagônicas na Europa refletiu-se de maneira violenta no Brasil, com a Igreja Católica reivindicando maior autonomia frente ao Estado Brasileiro. Essa atitude ia contra as normas legais existentes durante do Império e consagrada no quinto artigo da Constituição outorgada a 25 de março de 1824:

A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm, acesso em 8.7.2021)

A Igreja Católica, apesar de ser a religião oficial do Império, estava submetida ao controle estatal através dos privilégios outorgados aos reis portugueses do beneplácito e do padroado, e eram exercidos pessoalmente pelo Imperador. Ao lado desse controle, tínhamos a liberalidade dos autores da Carta Constitucional de 1824 para com as outras Igrejas e esse fato nem sempre agradou aos representantes da Igreja Católica, inclusive aqueles que foram em algum momento membros do Parlamento. Em um debate na Câmara dos Deputados em junho de 1855, o deputado Monsenhor Pinto de Campos defendeu a supremacia do poder eclesiástico em áreas que não tinha sustentação constitucional (era uma posição claramente ultramontana). Apesar da oposição parlamentar, o monsenhor-deputado teve o apoio do ministério nas suas pretensões (MARTINS, 1977, p.6). Vemos que a crise que receberia o genérico nome de *Questão dos Bispos* não foi a única que envolveu o Império e a Igreja declarada oficial. Desse

¹² Este movimento surgiu na França na primeira metade do século XIX. Reforçava e defendia o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina e fé.

conflito se aproveitavam os positivistas que defendiam o afastamento total da Igreja das questões do Estado.

Mas dando destaque ao nosso assunto central, sabemos que a entrada de africanos para a escravização acontecia desde meados do século XVI. Através de uma política que envolvia um certo grau de ecumenismo, a Igreja conseguiu manter submissos os milhões de escravos que trabalhavam na colônia. Portanto, não vinha dos africanos (escravos ou não) a principal semente das disputas religiosas no século XIX, elas se fizeram mais presentes com o aumento quase diário, na segunda metade do século XIX, da presença de imigrantes europeus que professavam várias denominações evangélicas. A Constituição garantia a tolerância religiosa (principalmente porque envolvia a liberdade religiosa dos sempre todo poderosos britânicos). Tolerava-se também a presença dos judeus (que não eram muito numerosos), não ocorrendo o mesmo com os muçulmanos (vistos como perigosos desde a tentativa de levante de 1835 no Recôncavo Baiano). Contudo, o que marcava o conflito religioso nesse período não eram disputas teológicas, mas relações cotidianas entre católicos e evangélicos, uma vez que o país não era laico. Os casamentos, assim como os cemitérios, estavam submetidos à administração da Igreja Católica. Muitos parlamentares, apesar de católicos praticantes, defendiam a instauração de um Estado mais laico, o que agradava aos positivistas e aos republicanos em geral (contudo, a Família Real nunca se manifestou sobre o assunto).

A imposição da república eliminou o principal motivo de conflito entre os católicos e os não católicos, pois implantou o casamento civil e laicizou os cemitérios (entre outras medidas tomadas nos primeiros dias de governo). Por outro lado, a nova legislação não reconheceu os cultos de origem africana como uma religião, classificando-os como manifestações de baixa cultura e bruxaria (o que estava de pleno acordo com o pensamento positivista de grande parte dos extremados republicanos).

Contudo, como já foi mencionado anteriormente, a marca do regime republicano imposto em 1889 (e consagrado na Constituição de 1891) foi a descentralização político-administrativa sob a égide do federalismo inspirado no exemplo norte-americano. As questões que antes eram debatidas (e, muitas vezes, resolvidas) no âmbito do Parlamento nacional, passaram a ter como fórum principal o nível estadual, onde as oligarquias (libertadas do controle imposto pela monarquia) puderam exercer o poder sem nenhum constrangimento (subentenda-se, uso indiscriminado da violência física). Se a centralização política era difícil de ser exercida em um país com a dimensão territorial do Brasil, imagine-se o que aconteceu quando foram cortadas as amarras e implantada a descentralização federalista. Essa situação de

“cada um por si” nos pontos mais distantes do território nacional já fora notada no próprio momento do golpe.

Se a imposição da república no então Município Neutro do Rio de Janeiro foi uma verdadeira quartelada (da qual, como já afirmamos antes, a Marinha não participou,) nas províncias (principalmente as mais distantes) foi um festival de *fake-news*, como se diz popularmente nos nossos dias. A cada chegada de telegramas vindos das estações repetidoras, mudava a posição dos líderes políticos de cada província: aqueles que se declaravam monarquistas na manhã de 15 de novembro, já eram republicanos no dia seguinte, mas abjuravam essa opção na manhã seguinte, quando novas notícias chegavam pelo telégrafo¹³.

Apenas as guarnições militares de cada província aproveitaram a situação para impor-se sobre as administrações civis aturdidas pela enxurrada de notícias contraditórias. Alguma coisa os nossos militares tinham aprendido com os seus companheiros (ou adversários) nas várias guerras que travaram no Prata. Começava (inclusive nas províncias), como mais tarde iriam afirmar os últimos monarquistas, uma verdadeira ditadura militar como as que caracterizaram politicamente a América do Sul no decorrer do século XIX.

Devido à falta de fontes mais confiáveis sobre a situação alagoana em particular, vamos recorrer à descrição dos acontecimentos em outra província, afinal, a situação descrita acima é quase que uma reprodução do que Mario Meireles narra em sua *História do Maranhão*:

Presidia o Maranhão, há só três dias o Dr. Tito Augusto Pereira de Matos, quando o Marechal Deodoro da Fonseca deu o golpe que pôs a Coroa por terra. E nesse mesmo dia, à noite, correram boatos na cidade sobre o acontecimento, dizendo-se à boca pequena que o comandante do 5º Batalhão de Infantaria do Exército, aqui aquartelado, recebera telegrama de Quintino Bocaiuva recomendando-lhe que proclamasse a república na província. (MEIRELES, 1980, p.306)

O mesmo autor, continuando a sua narração, nos informa que, depois de muita hesitação, chegou em 17 de novembro a confirmação oficial e “na manhã de 18 de novembro, a tropa, no próprio quartel aclamou a adesão da província ao regime republicano”. (MEIRELES, 1980, p.307)

As dificuldades de comunicação na época fizeram com que a situação descrita na Província do Maranhão fosse repetida em quase todas as províncias do Norte e Nordeste. Em

¹³ Não havia ligação telegráfica entre a Corte e a cidade de Cuiabá, capital da província do Mato Grosso, por isso a notícia do golpe só chegou lá no dia 9 de dezembro, depois da população ter festejado o aniversário do já ex-Imperador no dia 2 de dezembro, quando a família imperial já estava viajando exilada para a Europa (POVOAS, 1985, p.68)

Alagoas não foi diferente: conforme as notícias chegavam pelo telégrafo, a posição dos expoentes da política local mudava¹⁴. Contudo, na sede do golpe (a antiga Corte) o novo chefe de governo (que a partir de então se confundiria com o de Estado, pois o sistema parlamentarista foi abolido) o alagoano Marechal Deodoro da Fonseca (que logo se fez proclamar como generalíssimo) nomeava o seu irmão Pedro Paulino da Fonseca para o governo de antiga província¹⁵. A nomeação dos governantes (então chamados de Presidentes da Província era uma prática dos governos parlamentaristas durante o Império. Os republicanos não tiveram dúvidas em continuar o procedimento que era muito bom para os que se tornavam detentores do poder nacional, mesmo que tivessem criticado a prática quando estavam na oposição).

O período que vai do golpe republicano até a renúncia de Deodoro (novembro de 1891) foi politicamente muito conturbado em todo o país (afinal, o país não estava preparado para aquela mudança tão brusca). Quanto à Alagoas podemos ter uma visão clara da situação no quadro abaixo:

Governante	Período	Informações complementares
Junta governativa: major Aureliano Augusto de Azevedo Pedra, Manoel Ribeiro Barreto de Menezes e Ricardo Brennand Monteiro	18.11.1889 a 21.11.1889	Major Aureliano comandava o 26º Batalhão de Infantaria. Brennand Monteiro também assumiu a intendência da capital.
Tibúrcio Valeriano de Araújo	21.11.1889 a 2.12.1889	Do Partido Republicano Democrático. Nomeado pelo governo federal.
Pedro Paulino da Fonseca	2.12.1889 a 25.10.1890	Irmão do Marechal Deodoro, passou a ostentar a patente honorária de coronel. Nomeado pelo decreto de 19 de novembro de 1889.
Roberto Calheiros de Melo (provisório)	25.10.1890 a 18.12.1890	Pedro Paulino, eleito senador, renunciou ao governo em 12 de outubro
Manoel José de Araújo Góes	18.12.1890 a 12.6.1891, e 14.6.1891 a 23.11.1891	Araújo Góes militou no Partido Conservador; foi nomeado pelo governo federal. Deposto em dia

¹⁴ A principal fonte de informações para o nosso texto é a encontrada nos sites, que, como sabemos, não são de total confiança.

¹⁵ A prática do nepotismo nunca foi um motivo de vergonha para os nossos governantes durante o regime que sempre destaca as suas práticas republicanas.

		23 de novembro por Floriano Peixoto.
Junta de governo: tenente-coronel José Correia Teles, Manoel Ribeiro de Meneses, Jacinto de Assunção Paes de Mendonça Castelo Branco e o capitão Carlos Jorge Calheiros de Lima	23.11.1891 a 28.11.1891	
Manuel Gomes Ribeiro, Barão de Traipu	28.11.1891 a 24.4.1892	Nomeado pelo Governo Federal
Gabino Besouro	24.4.1892 a 16.7.1894	Nomeado pelo Governo Federal
Manuel Sampaio Marques, José Tavares da Costa e Miguel Soares Palmeira	16.7.1894 a 17.7.1894	Governo provisório
Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins	17.7.1894 a 17.10.1894	Nomeado pelo Governo Federal
Manuel Gomes Ribeiro,	17.10.1894 a 16.7.1895	Nomeado pelo Governo Federal
José Vieira Peixoto	16.7.1895 a 12.6.1897	Vice-governador
Manuel José Duarte	12.6.1897 a 17.6.1899	Nomeado pelo Governo Federal
Francisco Manuel dos Santos Pacheco	17.6.1899 a 12.6.1900	Nomeado pelo Governo Federal
Euclides Vieira Malta	12.6.1900 a 12.6.1903	Eleito em comícios populares

Quadro 1 – elaborado pelo autor

Após o término do violento governo do também alagoano Floriano Peixoto, assumiu a presidência, depois de ter sido eleito diretamente em março de 1894, o paulista Prudente José de Moraes Barros. Ele teve um quadriênio muito conturbado devido às constantes ameaças vindas do grupo florianista que não admitia ter sido apeado do poder¹⁶. Contudo, ele vinha da velha escola política do Império e soube manter-se na presidência agindo equilibradamente entre o bom senso aos mais cordatos e a dura energia contra os mais exaltados. Seu sucesso pode ser avaliado pelo fato de ter conseguido fazer como seu sucessor o seu velho companheiro de Partido Republicano Paulista o campineiro Manuel Ferraz de Campos Sales.

A consolidação da república é sempre atribuída, nos nossos manuais de história, à ação de Floriano Peixoto, contudo o que ele fez foi uma feroz oposição aos que não lhe davam total apoio político. Mais que consolidar o regime, ele eliminou toda oposição possível a ele (inclusive a de sinceros republicanos). A verdadeira estabilização do país inicia-se com

¹⁶ Esses eternos conspiradores não puderam contar com a liderança do marechal, que faleceu em 29 de junho de 1895, vítima de cirrose hepática.

Prudente de Moraes (que enviou à Europa Campos Sales para negociar com os credores internacionais uma solução para a nossa crescente dívida externa) e continua com seu sucessor. Com o equilíbrio financeiro, agora era a hora do governo pacificar politicamente o país. Isto foi obtido através da “política dos governadores”.

Campos Sales garantiu aos governadores (que eram os senhores da política e da economia nos seus Estados) o mandato de seus protegidos. E esses governadores, por sua vez, mandavam que seus acólitos votassem de acordo com o governo central. (SILVA & CARNEIRO, 1983, p.21)

Essa ação garantia a manutenção do poder das oligarquias e evitava o aparecimento de aventureiros, fossem eles de origem popular ou militar. Esse sistema de cooptação política acabou recebendo, de muitos autores, a expressão “Terceiro Reinado”, afinal reproduzia a política de temporização de Pedro II obtida através do Poder Moderador.

Contra as pretensões de Pinheiro Machado (apoiadas pelos sobreviventes do florianismo positivista, que haviam sobrevivido à repressão após a Revolta da Vacina¹⁷), levantou-se a oligarquia paulista (a mineira foi cooptada à candidatura de Hermes com o oferecimento da vaga de vice-presidente na chapa ao mineiro Wenceslau Braz Pereira Gomes, então governador do estado), que apoiou as pretensões do baiano Rui Barbosa (um dos poucos liberais que aderiram de pronto à República).

Iniciou-se a Campanha Civilista:

A candidatura de Rui Barbosa quebrou a rotina dos processos eleitorais: entre 3 de outubro de 1909 e 1º de março do ano seguinte, o senador baiano percorreu vários estados, pronunciado quinze discursos, dez alocações e oito conferências. Era um verdadeiro recorde para um país acostumado a assistir a eleições previamente decididas nos conchavos palacianos. (SAGA, 1981, v.5, p.101)

Apesar de todo dinheiro investido pela oligarquia paulista e do empenho pessoal do candidato, as eleições já estavam decididas, fosse no voto, fosse na apuração. Com a vitória do Marechal, Pinheiro Machado pôde, finalmente, exercer o poder de fato. Contudo, ainda haviam a oposição do poderoso PRP (Partido Republicado Paulista). A tentativa de intervenção federal no Estado foi rechaçada pela disposição de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins¹⁸, presidente do Estado, que mobilizou forças militares em seu apoio.

¹⁷ A Revolta da Vacina foi um motim popular ocorrido entre 10 e 16 de novembro de 1904 na cidade do Rio de Janeiro. Aproveitando a agitação popular contra a vacinação obrigatória contra a varíola, um grupo de militares florianistas e positivistas tentou realizar um golpe de Estado na madrugada no dia 14 para o dia 15 de novembro. Foram derrotados.

¹⁸ Que, curiosamente, era alagoano de nascimento.

Mesma sorte não tiveram outros estados que sofreram ações violentas patrocinadas pelas chamadas “salvações nacionais”. Pernambuco (derrubada da oligarquia chefiada por Rosa e Silva em 1911), Bahia (cuja capital, como já vimos, chegou a ser bombardeada em 1912) e Ceará (cuja intervenção acabou fracassando em 1914 pela reação do sertão comandada pelo Padre Cícero). Destino semelhante teve Alagoas, cujo governador Euclides Malta foi deposto em março de 1912.

Sentindo-se protegida pelo presidente da República, a oposição apresentou a candidatura ao governo do coronel Clodoaldo da Fonseca, escolhido por ter algumas “virtudes”: era primo do presidente Hermes e filho de Pedro Paulino da Fonseca, ex-governador de Alagoas. Todos herdeiros do patrimônio político de Deodoro da Fonseca.

A carreira política de Euclides Malta não se encerrou naquele momento. Depois de permanecer no Rio de Janeiro até 1917, voltou a Alagoas para reestruturar o Partido Republicano Conservador, sendo eleito deputado federal em 1921 e reeleito em 1924. Abandonou definitivamente a política em 1929. Contudo, sua família ainda continuou atuante na política local por várias décadas.

CAPÍTULO III: ALAGOAS E O QUEBRA DOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ DE 1912: UMA REFLEXÃO HISTÓRICA

Muitos estudiosos da nossa história ou da própria antropologia denominam de “Quebra de Xangô” ou simplesmente de “Quebra de 1912” para caracterizar aquele fato histórico que, hoje, nos envergonha, nos diminui enquanto ser humano, pelos nossos antepassados terem sido tão intolerantes e desrespeitosos com a religião dos outros. Vamos então aos fatos e ao contexto de época para que possamos melhor compreender e avaliar os acontecimentos onde procurou-se a destruição de grande parte das casas de culto afro-brasileiro existentes na cidade de Maceió naquela fatídica noite de 1º de fevereiro de 1912, que marcaria definitivamente a história da cidade de Maceió e também das Alagoas de forma negativa, lembrando apenas que esse mesmo acontecimento histórico também teria acontecido em Salvador na Bahia, que o escritor baiano Jorge Amado retratou-o através da sua obra literária chamada de “Tenda dos milagres”, que fez um retrato contundente da perseguição policial às casas de culto em Salvador e das estratégias adotadas por eles para sobreviverem aos diversos tipos de perseguição movidos contra eles. Infelizmente, não tivemos a sorte de ter um intelectual do porte de um Jorge Amado e com a sua coragem para denunciar esses tipos de usos e abusos numa sociedade preconceituosa e racista, tanto quanto a de hoje em dia. O problema é que, na época passada, achava-se que o racismo era uma “coisa natural”, o que não é verdade em si, mas, sim, fruto de uma sociedade preconceituosa e profundamente racista, em que, hoje, ele é tipificado a sua prática como crime inafiançável e imprescritível.

Foi durante muitíssimo tempo que a elite “branca” e intelectual de Alagoas usou a estratégia do silêncio proposital, imposto “de cima para baixo”, para que ninguém ou quase ninguém falasse a respeito do Quebra de 1912, colocando-o na vala profunda do esquecimento, como se ela ou ele nunca tivesse feito parte da história, ou tivesse se tornado um assunto “inconveniente”, “inoportuno” ou até de certa forma “proibido” para o conhecimento das novas gerações. Enquanto prevaleceu aquele silêncio sepulcral envolto em mistérios, profundo desconhecimento, preconceitos, prevaleceu o desejo de se saber e de se ter o direito de ser resgatado pela história e a antropologia como áreas afins e convergentes nesse sentido da investigação e elucidação para a história das Alagoas finalmente.

Devemos lembrar ainda que boa parte das suas peças – formada por 215 peças aproximadamente – da hoje Coleção Perseverança, antes dela ser constituída de forma propriamente dita, não se sabe exatamente quanto tempo ela passou esquecida no porão da Sociedade Perseverança e auxílio dos empregados do comércio de Maceió, dos chamados “caixeiros viajantes”, o seu estado de conservação e, muito tempo depois, da campanha

articulada e promovida a nível local pelo folclorista Theo Brandão e alguns outros membros do IHGAL e da ajuda primorosa e fundamental do antropólogo alagoano Dr. Manuel Diégues Júnior, diretor do DAC-MEC para que a coleção pudesse fazer parte de forma definitiva do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, cuja doação teria acontecido na década de 1950, sendo ela limpa, tratada, classificada e, posteriormente, estudada pelo Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas o Dr. Abelardo Duarte, que a estudou de forma mais científica e didática para os iniciantes e interessados ao universo religioso e cultural africano nas Alagoas. Foi também importante e louvável o empenho do Dr. José Lages Filho (Presidente do IHGAL), da diretoria do Departamento de Assuntos Culturais do SENAC/AL Solange Berard Lages e dos trabalhos da museóloga Carmen Lúcia Dantas em classificá-la e colocá-la dentro dos princípios e parâmetros da museologia moderna, com a ajuda de outros funcionários do IHGAL a época.

De 1912 a 1974 (do “Quebra de 1912” até a primeira obra publicada, que foi o “Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança”, de auditoria do médico, antropólogo e também Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geografia de Alagoas Abelardo Duarte), passaram-se 72 anos daquele já falado silêncio sobre o “Quebra de 1912”, que foi rompido com a publicação do catálogo da coleção Perseverança, que garantiu-nos o direito a que aquela história envolta em mistério e discriminação racial e religioso fosse agora revelada, conhecida e compartilhada por todos nós, antes reservada a algumas pessoas que tinham acesso a essas informações.

A segunda obra mais reveladora e contundente a respeito do “Quebra de 1912” foi a obra de autoria do professor paraibano Ulisses Neves Rafael quando publicou a sua tese de doutoramento “Xangô rezado baixo: religião e política na primeira república”, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre os impactos daquele episódio marcante na história do Estado, que ainda perdura até os dias atuais, que foi publicada em coedição entre as duas Universidades Federais de Alagoas e Sergipe, depois de 2004.

É a partir desse trabalho que determinadas questões começaram a ficar “mais bem claras”, “esclarecidas”, melhor decifradas que Ulisses Rafael foi capaz de desconstruir os traumas e reconstruí-los para a história enquanto ciência, fazendo “uma verdadeira operação cirúrgica reparadora” para a história de Alagoas num sentido mais amplo e, ao mesmo tempo, restrito no que se refere ao estudo de intolerância religiosa e racial nas Alagoas.

Rafael Ulisses, em sua pesquisa, revelou em entrevista concedida à jornalista Janayna Ávila, da Revista Graciliano Ramos, em uma edição comemorativa aos 100 anos do “Quebra de Xangô”, que diz o seguinte:

Quando me ocupei em localizar o material etnográfico disponível sobre os tais chamados cultos no Estado, deparei-me com essa imensa lacuna com o qual até hoje nos debatemos no meio do pouco material encontrado sobre o assunto, porém, fui colocado em contato com esse importante documento organizado por Abelardo Duarte, “Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança”, onde, pela primeira vez, tomei conhecimento do Quebra de 1912, que, desde então, tronou-se para mim não apenas objeto de interesse, mas também uma certa obsessão que seu estive debruçado por quase 10 anos. Quanto ao material utilizado, as péssimas condições de manutenção e o estado de deterioração do acervo, apresentaram-se como outro tipo de dificuldade do quadro revelador da ausência de uma política de preservação patrimonial por parte do Governo de Alagoas na época. (ÁVILA, 2012, p. 9 e 11)

Para que possamos melhor entender ou avaliar os fatos históricos relacionados ao “Quebra de 1912”, é necessário muitas vezes voltarmos ao passado, dar uma verdadeira marcha ré para que possamos, então, melhor compreender, o que não significa aceitar ou acatar aqueles pontos de vista que estão associados à história das mentalidades e ao *modus vivendi* das pessoas e instalações durante a história da escravidão africana e nosso país.

O tráfico negreiro para a América, em geral, e para o Brasil, em particular, provocou a transferência forçada de milhões de indivíduos no período de mais ou menos trezentos anos. O que interessava aos senhores da economia colonial era somente a força de trabalho que seria fornecida por esses indivíduos deslocados de seus povos originários. Contudo, não se pôde evitar que junto dos corpos, viesse também a cultura que os citados indivíduos praticavam na sua terra natal (incluindo aí a sua religião com seus rituais e suas divindades).

Nas fazendas e nos garimpos eram concentrados indivíduos de várias nações africanas e, ao par da aculturação com o mundo dos senhores forçada pelo trabalho cotidiano e pela sempre presente ação da Igreja Católica, ocorreu uma intensa troca cultural entre os escravos (que só tinham, de modo geral, em comum a origem continental), levando à fusão de características culturais o que provocou o surgimento de uma nova expressão cultural: o afrobrasilianismo.

Manuel Diégues Júnior é muito claro ao destacar o fato de que foi sob o regime escravagista que o negro africano entrou no Brasil e que, portanto, não se transmitiu a cultura de cada povo africano de forma inteiramente pura “mas perturbada ou desvirtuada pela escravidão”.

Como escravo, e por causa da escravidão, o negro africano teve sua cultura perturbada; dela afastado bruscamente, misturou-se com outros grupos culturais. Esta circunstância contribuiu para que os valores culturais de que era portador fossem prejudicados em sua completa autenticidade ao se integrar no Brasil. (DIEGUÉS, 1980, p.100)

Certos valores culturais assumiram o papel de agentes da resistência à nova situação socioeconômica (ou seja, a escravidão). Devemos destacar, aqui, nas palavras de Darci RIBEIRO (1995, p.115) “que a diversidade linguística e cultural dos contingentes negros introduzidos no Brasil, somada [...] às hostilidades recíprocas que eles traziam da África e à política de evitar a concentração de escravos oriundos de uma mesma etnia, nas mesmas propriedades, e até nos mesmos navios negreiros, impediu a formação de núcleos solidários que retivessem o patrimônio cultural africano”. Quando em uma propriedade ocorria uma concentração de uma etnia (o que era raro acontecer), era mais fácil a conservação de procedimentos culturais como, por exemplo, a submissão aos antigos reis que tinham vindo para a colônia, também escravizados¹⁹. Outra vertente de defesa cultural foi representada pela prática religiosa (apesar da constante vigilância (e repressão) dos membros do clero católico sempre presentes nos engenhos açucareiros do Nordeste).

Podemos considerar como sendo um elemento de sorte aos indivíduos escravizados quando o carcereiro (fosse o feitor, fosse o capelão) fosse por demais ingênuo pela sua ignorância dos valores culturais africanos. Mesmo o jesuíta Andreoni (que nos deixou uma obra fundamental sobre a economia colonial brasileira sob o anagrama imperfeito de André João Antonil, devido ao seu papel de administrador do Engenho Sergipe Del’Conde, pertencente à Cia. de Jesus) não percebeu (talvez) a existência da resistência cultural dos escravizados quando orienta aos senhores de engenho que

negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativo, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranhem os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano. (ANTONIL, p.164)

Em verdade, eles não “criavam” seus reis, eles os traziam da África igualmente cativos. Suas músicas e bailados tinham, de modo geral, um conteúdo religioso. Estamos vendo que a resistência não era, portanto, apenas materializada na sempre citada fuga para os quilombos. A cultura também era uma forma de resistência ao cativo. Esta situação de falta de tolerância, gerada no período colonial, se manteve durante o Império. Todavia, sempre houve a preocupação oficial em trazer para o grêmio da Igreja os africanos que chegavam compulsoriamente ao nosso país. Sem dúvida não alcançou no Brasil a perfeição atingida pelos norte-americanos que transformaram muitos dos seus afro descendentes em pastores de

¹⁹ Esta situação se refletia na celebração de festas que acabaram sendo incorporadas ao folclore brasileiro de maneira desvirtuada.

Igrejas evangélicas, destruindo qualquer herança cultural africana. Certamente foi por isso que vamos encontrar manifestações religiosas oriundas da África, como o candomblé, na Bahia, ou macumba, no Rio de Janeiro, ou xangô, no Nordeste, enquanto que nos Estados Unidos elas são inexistentes. Apesar do sincretismo que se impôs sobre os africanos, eles, de modo geral, não se apropriaram dos espaços religiosos dos seus senhores.

A celebração do culto nagô se faz em templos próprios, os terreiros, constituindo seus altares os *pejis*. Os sacerdotes são chamados *babalorixás* ou *babalaôs*. Na religião ioruba se tem feito sentir forte sincretismo com o catolicismo e o espiritismo; sobretudo o catolicismo, adaptando os santos deste aos seus Orixás. (DIÉGUES JR., 1980, p.107)

Vemos que a transculturação que marcou a formação cultural do Brasil manifestou-se no âmbito religioso afro-brasileiro (como a citada incorporação dos santos católicos ao culto africano). Mas não foi só, também no cotidiano urbano vamos encontrar a integração entre as várias culturas africanas aqui instaladas, como nos lembra Diégues Júnior quando fala do

traje das baianas, surgido na Bahia, e daí seu nome, originou-se dos grupos africanos, cada um dando sua contribuição cultural: os sudaneses, através dos iorubas, com os panos vistosos, as saias rodadas, a cor correspondendo a uma filiação a Orixá; os negro-maometanos, através especialmente dos haussás, com os turbantes, as chinelas; e os bantos, com o xale da costa, os braceletes, os argolões. (DIEGUÉS, 1980, p.162)

Fica, portanto, muito difícil apegar-se, como atualmente muitos grupos militantes o fazem, à existência de uma pureza cultural africana no território brasileiro. É inegável que o sincretismo cultural e a miscigenação física marcaram a formação étnica do país. Essa integração cultural do africano com o africano de outra origem, assim como a integração com os grupos indígenas e com o colonizador português pode levar a uma conclusão errônea, ou seja, que eliminamos quaisquer diferenças entre os grandes grupos constituintes da nacionalidade, formando uma nova unidade cultural. Sempre restará algo de diferente, que quando está longe de nós é chamado de exótico e atrai positivamente a nossa atenção. Porém, quando esta mesma característica se encontra espacialmente ao nosso lado, torna-se ofensiva e de mau gosto (principalmente quando essa característica identifica um grupo social que ameaça ou pode vir a ameaçar o nosso poder, seja o econômico, seja o político).

Quando ocorreu a eliminação legal da escravidão (1888), desencadeou-se uma situação completamente desconhecida na vida dos agora ex-escravos, ou seja, o desemprego. Se antes eles não tinham liberdade para não trabalhar, agora não tinham mais trabalho para sustentar a

sua nova condição de homens livres. Retomando as palavras de Darcy Ribeiro, vemos que ele apresenta a nova situação como sendo um mergulho na mais profunda miséria:

o negro, sentindo-se aliviado da brutalidade que o mantinha trabalhando no eito, sob a mais dura repressão – inclusive as punições preventivas, que não castigavam culpa ou preguiças, mas só visavam dissuadir o negro de fugir –, só queria a liberdade. Em consequência, os ex-escravos abandonam as fazendas em que labutavam, ganham as estradas à procura de terrenos baldios em que pudessem acampar, para viverem livres como se estivessem nos quilombos, plantando milho e mandioca para comer. Caíram, então, em tal condições de miserabilidade que a população negra reduziu-se substancialmente. Menos pela supressão da importação anual de novas massas de escravos para repor o estoque, porque essas já vinham diminuindo há décadas. Muito mais pela terrível miséria a que foram atirados. Não podiam estar em lugar algum, porque cada vez que acampavam, os fazendeiros vizinhos se organizavam e convocavam a forças policiais para expulsá-los, uma vez que toda a terra estava possuída e, saindo de uma fazenda, se caía fatalmente em outra²⁰. (RIBEIRO, 1995, p.221)

A associação entre a população negra e a miséria só foi aumentando no decorrer das crises econômicas que marcaram o início do período republicano (desencadeadas pelas tentativas de conter a inflação criada pela absurda ação que ficou conhecida como *Encilhamento*). Aqueles que tinham feito sucesso (principalmente político) defendendo o fim da escravidão (apontada como algo inerente à Monarquia) agora acusavam as massas miseráveis de enfeiar o país e atrasar o desenvolvimento que o novo regime afirmava iria trazer à nação. Se não era possível eliminar aquela presença desagradável, pelo menos se deveria escondê-la.

Contudo, a repressão à formação de quilombos (que não mais lutavam contra a escravidão, mas contra a fome) provocou um efeito contrário ao projeto de esconder o passado escravista do país, afinal, migrar para as cidades e vilas foi uma consequência forçada para os ex-escravos e eles por se tornar muito mais visíveis do que eram no âmbito rural. No ambiente urbano encontraram os libertos que já agiam naquele espaço ainda durante o cativeiro (eram, principalmente, os escravos de ganho). Com a experiência adquirida com os novos companheiros, ficava mais fácil conseguir a sobrevivência através de trabalhos temporários (que não exigiam especialização profissional e sim apenas a força física), além de que a contiguidade de residência (característica do meio urbano) favorecia o desenvolvimento de uma rede de auxílio mútuo para os momentos de maior aflição.

²⁰ Durante o sistema escravagista, a fuga de um negro era combatida pelos capitães do mato; agora, os africanos e seus descendentes já brasileiros eram livres e, portanto, não seriam perseguidos pelo fato de estarem fora da sua fazenda. O que passou a ocorrer foi a ação policial para evitar a invasão de terras que desde 1850 não eram mais livres.

Se no decorrer da segunda metade do século XIX, qualquer tentativa de melhorar a vida dos negros era vista como “haitianismo”, agora essa mesma atitude era uma prova irretorquível de que o indivíduo que assim agia procurava destruir a nossa civilização ocidental e cristã (logo mais achou-se um novo adjetivo para classificar os rebeldes: matou malandros ou desocupados. A partir da década de 1930 em diante, “vadiagem” é tipificada como crime porque “todo mundo” deveria ter uma ocupação, ter uma carteira de trabalho assinada pelo patrão.

Alagoas oligárquica

Grosso modo, poderia se pensar o que é que tem a ver a constituição das oligarquias alagoanas, mais precisamente a de Euclides Vieira Malta, com a “Quebra de 1912”, só que todos esses fatores estão inter-relacionados entre si, a ascensão de Euclides Malta e a sua derrocada do poder político em Alagoas, o aparecimento de um outro oligarca chamado José Fernandes Lima e onde os terreiros de Candomblé estavam inseridos nesse conjunto de conflitos e contradições, que consequências aquelas casas de culto sofreriam daí por diante, com repercussões até no tempo presente. Lembrando apenas que a política alagoana esteve sempre ligada à produção açucareira. Seus líderes eram os senhores de engenho que se transformaram, posteriormente, nos capitães das usinas, quando a produção açucareira se modernizou (o que significa que não abandonaram nem o poder econômico nem o consequente político, apenas passaram a ostentar um verniz modernizante).

Após o período político mais traumático desencadeado pela imposição da república, a administração do agora Estado de Alagoas foi confiada a um tradicional membro da oligarquia local, Manuel Gomes Ribeiro, o Barão de Traipu (que já governara a província entre 16.4.1888 e 10.6.1888).

Estava na hora de aparecer a figura que marcará a política alagoana no início do século XX: Euclides Vieira Malta (1861-1944)²¹. Advogado pela Faculdade de Direito do Recife, tornou-se promotor na comarca de Atalaia, em Alagoas. Casou-se com a filha do Barão de Traipu, de quem herdou o legado político. Mostrou-se um político hábil que conseguiu dominar os tradicionais “coronéis” do interior, que não viam com bons olhos os bacharéis oriundos da capital. Dessa forma conseguiu governar Alagoas de 12 de junho de 1900 a 12 de junho de 1903, após derrotar Miguel Soares Palmeira (outro membro da oligarquia local). No poder, contou com forte respaldo político pelo apoio que recebeu (e deu) do presidente Campos Sales no bojo da “política dos governadores”.

²¹ Algumas fontes dão a data de 16 de setembro de 1863 para o seu nascimento em Mata Grande.

A oligarquia dos Malta, procedente de Mata Grande e Penedo, governou com o apoio de grande parte da zona da mata açucareira, cuja ações governamentais destinavam-se sempre a pequenas obras de engenharia: melhoramento de praças, reforma de prédios públicos, escolas primárias, trechos de estradas de barro ou pontes e açudes. (CARVALHO, 2016, p.240 e 241)

A primeira Constituição Republicana de Alagoas foi votada e promulgada durante o governo de Pedro Paulino da Fonseca, que, durante o governo de Euclides Vieira Malta, foi a Constituição modificada por ele ter a maioria na Assembleia Legislativa Estadual, modificando o artigo que proibia que parentes e amigos não poderiam se candidatar ou ocupar cargo público. Esse artigo foi suprimido da Constituição para poder Euclides Malta lançar seu irmão ao governo de Alagoas e elegê-lo governador.

A ascensão política meteórica com que Euclides Malta teria chegado ao poder político de Alagoas deve-se entender como fruto de um conjunto de fatos que o favoreceram naquele processo de ascensão primeiro quando ele se aproxima de uma das influentes figuras políticas de Alagoas, o Barão de Traipu, casando depois com a filha dele, depois rompe com o sogro e passa a representar os interesses da forte oligarquia Penedense e Sertaneja mais tarde em Alagoas por grande parte da República Velha:

A oligarquia maltina, que dura quase uma década e meia, é a mais longa era de poder exercida por um homem e sua família na história de Alagoas. Euclides, que compreendeu os homens e a época em que vivia, espelhando-se na sagacidade de Prudente de Moraes, subiu na política de Alagoas por meio dos indispensáveis laços familiares ao casar com a filha do Barão de Traipu. Inicialmente, deputado constituinte estadual e federal; a seguir, seu sogro o elege governador do Estado, quando então faz carreira, mas sem desprezar a corrente do homem que o tinha impulsionado e, uma vez eleito, monta uma azeitada máquina administrativa que o torna o líder máximo do Estado até 1912, em sucessiva reeleições utilizando-se do controle partidário dos órgãos tanto municipal quanto estadual, práticas clientelistas, nepotismo, patrimonialismo abafando a oposição e **contornando ou atacando os inimigos** – grifo nosso. (TENÓRIO, 2009, p. 75 e 76)

Euclides Malta foi um homem, como podemos dizer, como “fruto de seu tempo”, filho de proprietários agrícolas do sertão de Alagoas (Mata Grande), foi educado em Maceió e, em seguida, enviado para a cidade de Recife onde se formou em Direito que, com as suas credenciais familiares de que dispunha, logo ingressou na vida pública como Promotor de Justiça em Atalaia, deputado provincial, depois Estadual, Federal (como constituinte), foi de Conselho Municipal da Vila de Penedo e seu próprio prefeito (na época chamado de Intendente), deputado federal, senador da República e, por três vezes, governador do Estado de Alagoas, instituindo uma verdadeira oligarquia com a ajuda do Governo Federal quando se instala a “Política dos Governadores com Campos Sales.

A oposição a Euclides Malta cada dia aumentava mais, ele manipulou a Constituição a seu favor e, assim, pode ficar por mais tempo no governo do Estado de Alagoas e, assim, formar uma das mais poderosas oligarquias de Alagoas que mais tempo passou no poder no Palácio dos Martírios.

Após reformar a Constituição estadual, conseguiu eleger como sucessor o seu irmão Joaquim Paulo Vieira Malta. Contudo, por essa ação granjeou muita oposição, inclusive do sogro. Paulo Malta governou de 12 de junho de 1903 a 12 de junho de 1906 (enquanto o irmão participava da política nacional como senador). A oposição, liderada por José Fernandes Lima, esperneou, mas não conseguiu impedir que o ex-governador ampliasse ainda mais o poder da família.

Após reconciliar-se com o sogro, voltou a ocupar o governo estadual depois de derrotar o ex-governador Gabino Besouro em 1906. Foi reconduzido em 1909 sem ter que vencer ninguém: sua candidatura foi a única apresentada. Estes dois últimos mandatos não foram tranquilos: a crescente presença na cena política dos trabalhadores organizados e associados à oposição liberal liderada por Fernandes Lima, fortaleceu a oposição.

Simultaneamente ao crescimento dos problemas ao nível estadual, o arranjo oligárquico no nível nacional, centrado na “política dos governadores”, começava a apresentar fortes fissuras. Revoltado com o predomínio político da oligarquia paulista (que se associara à mineira para compor a maioria necessária), o senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado articulou a eleição do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, gaúcho de nascimento, mas de família alagoana (era sobrinho de Deodoro e de Pedro Paulino).

A oposição a Euclides Malta cada dia aumenta mais, tanto pelo seu sogro, o Barão de Traipu, que se tornou inimigo pessoal dele, tanto quanto pelas modificações feitas por ele na primeira Constituição Republicana de Alagoas, onde ele soube tirar benefícios políticos para si próprio e as redes de alianças e intrigas que isso propiciava dos que viviam na (e da) política durante a República Velha nas Alagoas, onde o grupo político de maior articulação contra a oligarquia Malta eram os membros da Liga dos Republicanos Combatentes, que homenageavam o advogado Miguel Omena, que fazia oposição ferrenha à oligarquia Malta, que se viu obrigado a deixar Alagoas (para não ser assassinado talvez), mas que faleceu lá no Paraná e que ganhou mais fama essa organização política paramilitar ao aglutinar trabalhadores pobres e muitos desertores da Polícia Militar, que lutavam pela deposição de Euclides Malta, mas Manuel Luiz da Paz, que havia na sua própria casa na Rua do Sopapo, na Levada, fundado um bloco carnavalesco chamado de “Clube dos Morcegos”, que era apenas uma fachada para encobrir a sua militância como fundador da Liga dos Republicanos Combatentes, que era um

grupo paramilitar armado, que contava com o apoio político do principal desafeto de Euclides Malta, o político de São Luiz do Quitunde, José Fernandes Lima, que representava também as ideias oligárquicas da região norte-açucareira de Alagoas e que foi um dos principais responsáveis pelos acontecimentos que culminaram com o desastroso e nefasto fato que desembocaram nos acontecimentos de 1912 com a destruição de várias casas de culto, perseguição e mortes em Alagoas, naquela época que, hoje, nos envergonha enquanto parte do “povo alagoano” que somos e também como cidadãos quando esperamos que um dia possamos viver, talvez, na atualidade ou num futuro não tão equidistante do tempo presente, numa sociedade mais tolerante e respeitosa para com a diversidade de cultos afro-brasileiros, independentemente qual seja a minha ou a sua concepção religiosa para que não aconteça coisas desse tipo mais, pelo menos é o que nós desejamos a nível individual e coletivamente é claro.

O episódio acontecido entre 1 e 2 de fevereiro de 1912, que ficou mais conhecido historicamente como “Quebra de 1912”, foi um ato de extrema violência praticado contra as casas de culto afro-brasileiro de Maceió – que depois se espalhou sobre outros municípios alagoanos – onde naquele fatídico dia babalorixás e yalorixás tiveram os seus terreiros invadidos por uma milícia armada paramilitar denominada de Liga dos Republicanos Combatentes seguidos de uma multidão de fanáticos que eram contra os terreiros de Candomblé (aqui em Alagoas chamados impropriamente de terreiros de Xangô²², que assistiam a retirada (ou a quebra dos objetos de culto) à força dos templos de seus paramentos e objetos de culto sagrados que foram “quebrados”, expostos e queimados em praça pública numa demonstração típica de preconceito contra os negros e não-negros que praticavam os seus cultos e também de intolerância religiosa profunda com as nossas manifestações culturais de matriz africana, além da morte de pessoas – vários “pais” ou “mães” de santo”, enquanto outros praticantes tiveram que fugir de Alagoas para permanecerem vivos e praticando a sua religião em outros estados vizinhos ou equidistantes de Alagoas, e como se isso não bastasse, eles (a elite branca, aliados a outros racistas e intolerantes de plantão, até gente-de-cor também envolvidas) intimidaram o “povo de santo” a mudar as suas práticas religiosas, que por décadas subsequentes proporcionaram o surgimento de uma manifestação religiosa denominada “Xangô rezado baixo” para não incomodar as elites, realizada secretamente, alimentada pelo medo, sem o uso dos atabaques e animada pelas palmas, cujas consequências maiores desse tipo de prática

²² Essa impropriedade está associada à cadência de uma cidade plena quando se fala das religiões de matriz africana nas Alagoas, quando se sabe que Xangô é um Orixá, divindade Yorubá da justiça, senhor do fogo, rei de Oyó e “um ser social mais ligado às representações sociais, onde, na década de 1950, Waldemar Valente já chamava a atenção do uso do termo Xangozeiro em Alagoas e Pernambuco como símbolos de preconceito e discriminação e em desprestígio” social. (ARAÚJO, 2014, p. 57 a 59)

religiosa está associada a uma certa invisibilidade e um certo aumento do preconceito e da violência contra aquelas “casas de culto afro-brasileiro” tanto em Maceió quanto em outras cidades alagoanas, mesmo sabendo-se que eles têm cerca de 2 mil casas de culto em todo estado de Alagoas hoje em dia.



IMAGEM XII - Fonte: Terreiro de Pai Célio Rodrigues, Maceió, 2022.

O governador Euclides Malta era, sem dúvida, um claro representante da oligarquia que caracteriza a política brasileira no início do século XX. Contudo (e suas atitudes o demonstram) era muito tolerante em termos de convivência com os praticantes de outras manifestações religiosas que não a católica (apesar de ele ser declaradamente católico). E oportunidades para demonstrar a sua tolerância não faltavam na Alagoas daquela época. Afinal temos um exemplo patrocinado pelo lado contrário: a atitude dos capuchinhos da cidade de Penedo (no sul alagoano, junto ao rio São Francisco) que no ano de 1904 partiram para a queima de bíblias utilizadas nos cultos evangélicos, afirmando serem falsos os ensinamentos nelas contidos²³. Após esse ato, por várias vezes as autoridades estaduais asseguraram (a partir de solicitações dos interessados) a garantia (inclusive policial) para a realização dos cultos, bem como a integridade física dos seus praticantes (constantemente ameaçados pela população local que era açulada pela Igreja que perdera o seu caráter de ser a única oficial no país). Também quanto às

²³ Esta ação pode ser considerada como uma reação à conquista da liberdade religiosa pelos evangélicos com a imposição da república: os praticantes não eram mais obrigados a se esconder no interior de suas residências e podiam demonstrar publicamente a sua fé.

manifestações religiosas de origem africana, segundo Ulisses Neves Rafael, o comportamento oficial era semelhante.

Essa é a impressão que se tem com relação aos xangôs, pois a atitude das autoridades constituídas em Alagoas para com essa modalidade religiosa específica parece ter sido também bastante complacente, razão pela qual, talvez, tenham surgido as acusações que mais tarde os adversários políticos de Euclides Malta fariam quanto a uma possível ligação sua com os terreiros da cidade, onde, segundo se dizia, ele buscava proteção para se manter por tanto tempo no poder. (RAFAEL, 2010, p. 297)

O pouco que se sabe sobre o “Quebra de 1912” está tudo muito ligado aos terreiros da capital e as poucas informações decorrentes do alastramento da violência imposta pela Liga dos Republicanos Combatentes, onde se propagou uma verdadeira onda de ódio e perseguição que tornou o trabalho ainda mais difícil quando se tratou de uma pesquisa de campo executada em alguns terreiros de Candomblé da cidade de Boca da Mata, percebendo-se que nem todos os praticantes do Candomblé conheciam a respeito do “Quebra de 1912”, onde os mais velhos ou idosos preferiam “ficar calados” sobre o evento, não repassando a “história do quebra” às gerações mais novas ou recentes, até porque aquelas situações dramáticas e constrangedoras trazem recordações “chocantes” e “doloridas” nem sempre devidamente cicatrizadas no corpo ou na alma das pessoas que sofreram com as consequências diretas ou indiretas sobre o “Quebra de 1912”.

A citada afirmação de Ulisses Rafael é compartilhada por Theo Sales que, em um texto jornalístico, afirma que

Durante a Era dos Maltas, os cultos afro-brasileiros receberam a benevolência do governador e gozaram de certa aceitação na sociedade, o que não era bem visto por alguns setores. Apesar de nunca terem sido confirmadas as acusações, não seria absurdo acreditar que Euclides de fato visitava as casas de axé. Inclusive, quando eleito senador, Euclides colocou um afamado pai de santo de Maceió em sua comitiva para a Capital Federal. (Disponível em <http://jornalismojunior.com.br/a-resistencia-da-religiosidade-de-matriz-africana-em-alagoas/>, acesso em 18.8.2021)

Evidentemente a oposição não estava contente com os desmandos da administração Malta, ainda mais que não via perspectiva de retirar o velho oligarca do poder. Como instrumento de luta, seus adversários políticos criaram jornais para disseminar as críticas, como o *Correio de Alagoas*, o *Jornal de Debates* e o *Jornal de Alagoas*, que vez ou outra foram silenciados pelo governo. Euclides Malta passou a ter sua credibilidade agredida diariamente pelos jornais da oposição, entre denúncias de abuso de poder e falta de transparência com as contas públicas.

Ainda assim não se atingia o objetivo central: derrubar o governante. Era preciso algo que mexesse com os sentimentos populares. Era preciso atacá-lo de maneira mais pessoal e contundente. É nesse contexto que surge a acusação que vai refletir nos cultos de origem africana: a oposição acusou Euclides Malta de ser um grande frequentador dos terreiros da capital. O governador foi acusado, inclusive, de ter usado o que chamaram de “bruxaria” e “feitiçaria” para se perpetuar no poder.

BRUXARIA

Sabia-se que entre o nefasto governo de Dr. Euclides Malta e as inúmeras casas de feitiçaria barata profusamente espalhadas pela cidade existia a mais estreita afinidade. Sabia-se que a grande força em que o inepto oligarca apoiava o seu governo era o “Xangô”, e com essa confiança de fetiche ignorante mantinha em completa desorganização a sua polícia e em completa debandada todos os outros poderes orgânicos do Estado, completando-se manhosamente de uma centena de praças que nunca existiram em proveito dessas casas, que a polícia devia antes destruir para sossego e moralidade dos habitantes desta cidade.

Sabia-se que o Sr. Euclides Malta e os dulicos palacianos assiduamente frequentavam esses antros endemoniados que entre nós para escárnio de uma população inteira se constituíam ameaçadores e perigosos focos de indolência e prostituição. Mas o que era preciso era ver tendo diante dos olhos bem abertos de milhares de pessoas as provas palpáveis e incontestes da baixez de indivíduos que abruptamente se assenhorearam das posições. O povo quis isto fazer e fei-o.

Era uma pequena sala, cheia de pinturas grosseiras, de hieroglyphos de ídolos, bancos imundos e porcaria onde o suor dos negros, coagulado pelo pó em constante suspensão impregnavam a acanhada atmosfera envenenando os assistentes e foi isso que anteontem se acabou pelas mãos de quase duas mil pessoas entre sorrisos e gargalhadas.

Fonte: Jornal de Alagoas. Maceió, 4 de fevereiro de 1912, p. 1.

Em fevereiro de 1912, o Jornal de Alagoas, que era um jornal de ferrenha oposição a Euclides Malta, juntamente com outros jornais da época, publicou uma série de mentiras sob o título de “Bruxaria”, que demonstrava o quanto predominavam as atitudes, ações de perseguição aos terreiros de Candomblé, matérias escritas sem autoria, onde predominavam o uso de termos como: “casas de feitiçaria barata”, “antros endemoniados”, “covis” e locais onde

predominavam “o vício e a indolência impera”, e o jornal traz um relato de um jornalista que, ao que parece, participou de um ritual em um dos terreiros de Maceió, às vésperas da operação Xangô, onde todos os textos jornalísticos vem

Carregados de profundo preconceito e informações falsas ou distorcidas de propósito conforme já transcrevemos em trecho do referido jornal.

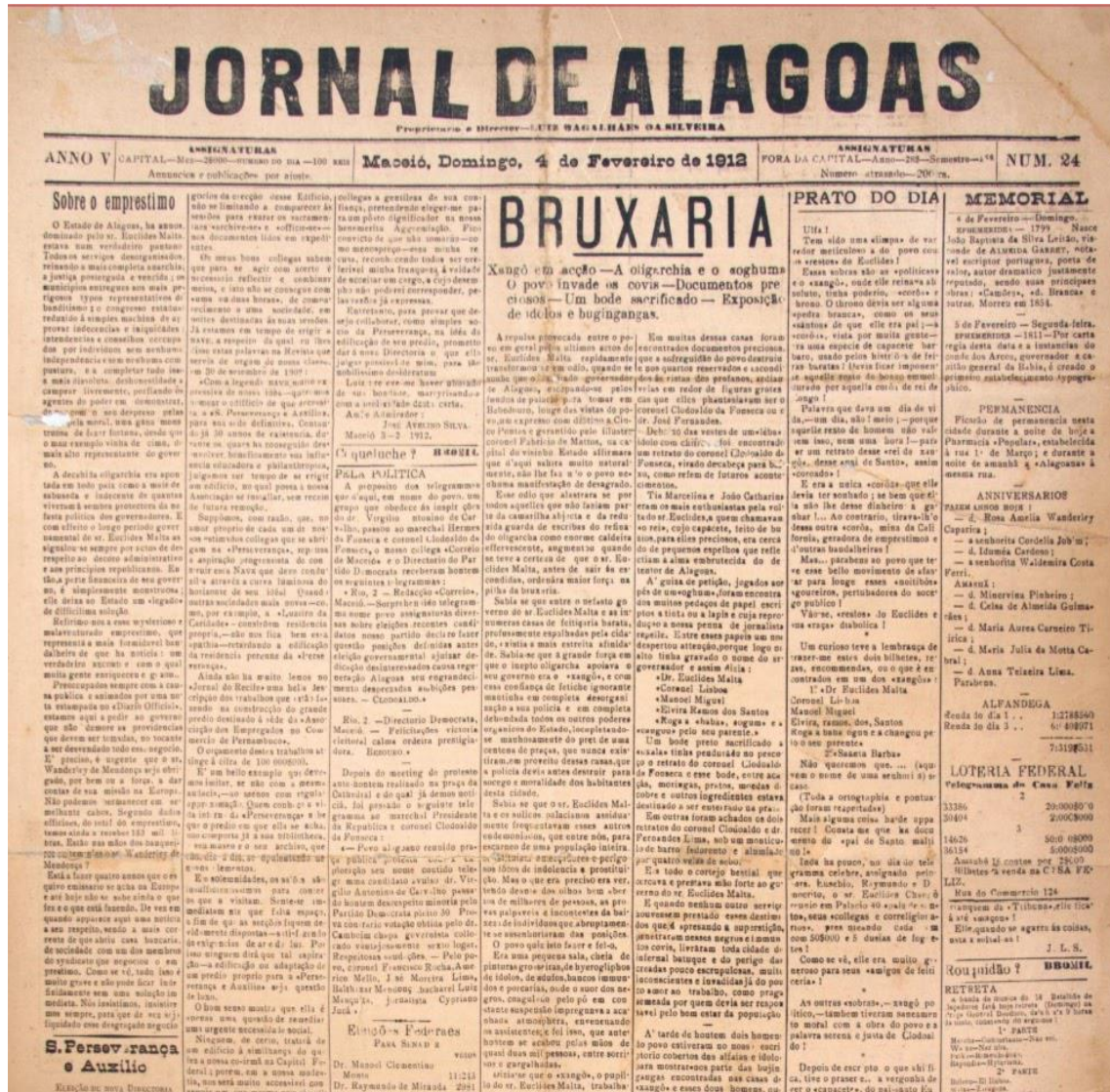


IMAGEM XIII — Fonte: Edição do dia 4 de fevereiro de 1912 do Jornal de Alagoas. É possível ler na linha-fina da reportagem da seguinte: “Xangô em ação — A oligarquia e o O povo invade os covis — Documentos preciosos — Um bode sacrificado — Exposição de ídolos e bugigangas.” [Reprodução/ Acervo do Arquivo Público de Alagoas]

Mas como já vimos anteriormente, a situação nacional começava a se alterar com a eleição (e posse) do Marechal Hermes da Fonseca, ligado familiarmente às oligarquias que se opunham aos Malta. Nesse clima de crescimento da temperatura das confrontos políticos é criada, em 1911, a Liga dos Republicanos Combatentes, uma milícia paramilitar ligada à

oposição. Liderada por Manuel Luiz da Paz, um tenente reformado do Exército, que lutara na *Guerra de Canudos*, a Liga começou a gerar o caos em Maceió. Apenas dez dias após sua criação, conta-nos Théo Sales, a associação já tinha invadido armada com rifles a casa do Intendente da capital, fazendo-o renunciar ao cargo no dia seguinte, conforme já teríamos dito antes.

Nesse mesmo dia, 28 de dezembro de 1911, os milicianos tentaram pela primeira vez invadir o Palácio do Governo para pegar Euclides Malta. A tentativa foi frustrada porque as forças de segurança conseguiram barrar os invasores. Todavia, um mês depois (em 29 de janeiro de 1912), os membros da Liga vão até o *Palácio dos Martírios*, então sede do governo estadual, para novamente agredir o governador. Dessa vez, porém, a polícia não foi suficiente para impedi-los. Euclides Malta então fugiu pelos fundos e correu para o bairro do Bebedouro, onde embarcou num trem para Recife.

Era uma situação de quase guerra civil. Não houve um confronto mais generalizado por falta de oposição armada oficial, afinal muitos praças do Batalhão de Polícia do Estado vinham desertando nos últimos tempos em função dos constantes atrasos nos pagamentos de 1\$600 réis que eram o soldo recebido por um soldado na época. Esses desertores ingressavam armados nos quadros da Liga: estava armada a situação bélica para os eventos da noite de 1º de fevereiro.

A constituição de uma milícia paramilitar que conta com a tolerância da organização policial (que deveria contê-la) é uma clara demonstração da falência do poder do Estado. Abre-se o caminho para os golpes de Estado, sejam no nível local, seja no nível nacional. Para e apresentar o que sucedeu, novamente nos socorreremos na perfeita narração de Ulisses RAFAEL:

Na noite do dia 1º de fevereiro, uma quinta-feira, mais ou menos por volta das dez e meia da noite, as ruas de Maceió foram palco de um dos espetáculos mais violentos de que se tem notícia no estado. Tudo começa quando um grupo de rapazes, na sua grande maioria empregados do comércio, reunidos na casa de número 311 da rua do Sopapo, no bairro da Levada, a residência de Manoel Luiz da Paz e sede da Liga dos Republicanos Combatentes, onde também se realizavam os ensaios do tradicional clube dos Morcegos, presença cativa nos carnavais de Maceió daqueles primeiros anos do século passado, decide percorrer alguns dos terreiros do bairro com grande alarido.

O grupo que integrava a Liga vinha alarmando nos últimos dias os moradores da capital, principalmente os correligionários do Partido Republicano, distribuindo boletins insultantes pela cidade, fechando repartições públicas, perseguindo e vaiando cidadãos respeitáveis nas principais ruas do centro e invadindo residências, inclusive o próprio Palácio dos Martírios, obrigando o chefe do executivo, Euclides Malta, a fugir pelos fundos da sede oficial do governo. (RAFAEL, 2012, p. 27-28)

Para outras pessoas alheias aos acontecimentos históricos do que estava realmente acontecendo, poderia tudo passar de “uma brincadeira” ou simplesmente de uma preparação ou

simulação para o carnaval, cuja maioria da população iria realizar-se algumas semanas depois disso ou alguns dias depois, mas quando a Liga dos Republicanos Combatentes lançou o seu “grito de guerra”, “quebra, quebra tudo”, os seus “cabras” a “essa altura do campeonato” já teriam invadido os terreiros e começado o “quebra, quebra” dos terreiros, onde uma verdadeira multidão “enfurecida”, “cega”, “fanática”, que não obedeciam a ninguém nem a nenhuma autoridade, e toda essa multidão caiu sobre os terreiros de Candomblé, a quebrar todos os objetos de culto, adereços, adornos, batendo-se em pessoas e até matando-se “pais e mães de santo”, e tudo isso foi lançado às ruas onde se fez uma grande fogueira (como nos tempos da antiga inquisição, lá na idade média quando as pessoas já eram culpadas sem julgamento e condenadas à fogueira), quando sabe-se que

caíram com toda sua fúria sobre os terreiros. O primeiro a ser atingido, pela proximidade em que se encontrava, foi o terreiro de Chico Foguinho, cujos seguidores foram surpreendidos no auge da cerimônia religiosa, alguns deles ainda com o santo na cabeça. A multidão enfurecida entrou porta adentro quebrando tudo que encontrava pela frente, fazendo jus à determinação do líder, e batendo nos filhos de santo, os quais se demoraram na fuga. Diversos objetos sagrados – utensílios e adornos, vestes litúrgicas, instrumentos utilizados nos cultos – foram retirados dos locais em que se encontravam e lançados no meio da rua, onde se preparava uma grande fogueira. (RAFAEL, 2010)

Os manifestantes continuaram a sua caminhada vandálica pelos terreiros que eram invadidos e depredados até chegarem na casa de Tia Marcelina. Nascida no continente africano, ela era uma das mais antigas ialorixás em Maceió naquela época. Os rumores difundidos pela imprensa oposicionista eram de que o governador a buscava nos momentos de maior tensão para perguntar sobre o futuro que lhe aguardava. Havia até o boato de que a mãe de santo fora convidada por Euclides para realizar seus rituais no *Palácio dos Martírios* (o que era inadmissível pelos manifestantes). Já era quase meia-noite e as cerimônias religiosas já haviam

terminado e apenas uns poucos filhos de santo permaneciam no lugar, quando, de repente, a procissão errante, que agora se compunha de quase quinhentas pessoas, invadiu o recinto, transformando aquilo num verdadeiro Carnaval, formato que certas revoltas populares assumem em alguns eventos históricos. Móveis e utensílios foram destruídos no próprio lugar onde se encontravam, enquanto paramentos e insígnias usados nos cultos foram arrastados para fora do terreiro, para arderem na grande fogueira montada ali. (RAFAEL, 2004, p. 34)

Alguns filhos de santo conseguiram fugir, mas os que insistiram em ficar acompanhando Tia Marcelina (talvez por ainda acreditarem na liberdade religiosa propalada pelo regime de 1889) sofreram toda sorte de violência física, inclusive a mãe-de-santo foi surrada, vindo a

falecer depois de alguns dias devido ao golpe de sabre que recebera na cabeça, aplicado por uma daquelas praças da guarnição que dias antes haviam desertado do Batalhão Policial.

Concluindo a sua narração, Ulisses Rafael conta-nos que

depois de terem percorrido os principais xangôs do centro da cidade, muitos dos Combatentes já cansados de tanta devassa retornaram à sede da Liga, acompanhando o presidente da entidade, para depositar os objetos apreendidos durante a sortida, os quais seriam expostos à visita pública durante os próximos dias. Os demais manifestantes que residiam em áreas mais afastadas da cidade, sem dispor dos bondes que àquela hora já tinham interrompido seus serviços, iam por conta própria estendendo a quebra-debra a esses locais mais afastados, enquanto se deslocavam para suas casas. Confiantes na falta de policiamento da cidade, decorrente do grande número de deserções na força pública que compunha o Batalhão Policial verificado nos últimos dias, iam perturbando o sossego dos moradores das ruas por onde passavam com gritos e exclamações sem termo, apavorando os donos de xangôs e obrigando-os a escapar na calada da noite para lugar incerto, deixando para trás objetos sagrados que não podiam ser conduzidos em sua fuga. No Mutange, bairro constituído em grande parte por sítios e chácaras e, portanto, pouco habitado, foi invadido o terreiro de Manoel Guleiju; no bairro do Poço, o do Pai Adolfo; no Flexal de Cima, o de Maria da Cruz; no Reginaldo, o terreiro de Manoel da Loló, entre tantos outros.

O quebra-quebra não se restringiu aos terreiros da capital, tendo se estendido também por povoados e distritos próximos, como Pratagy, Atalaia, Santa Luzia do Norte, Alagoas, antiga capital da província, e Tabuleiro do Pinto. (RAFAEL, 2010, p. 63)

Mediante esse clima de desordem social e caos, onde grande parte dessas situações os governos estaduais e também o federal tratavam essa “desordem” como casos de polícia sem que isso passasse antes por um diálogo anterior entre as partes, onde, geralmente, se apelava para a violência policial para resolver esses impasses e no caso específico das Alagoas, em que a violência era toda ela voltada contra os terreiros de Candomblé, onde, por exemplo, no bairro do Mutange (composta majoritariamente por sítios, chácaras e pouco habitado, escolhido pelas elites maceioenses para se tornar um bairro nobre da Capital das Alagoas) encontrava-se lá num local mais reservado o terreiro do Manuel Guleiju, no bairro do Poço, achava-se o terreiro do pai Adolfo, em Bebedouro, no Flexal de Cima, está o terreiro da Yalouixa Maria da Cruz e Vale do Reginaldo (hoje riacho Salgadinho), encontrava-se também o terreiro do Balalorixá Manuel da Loló entre tantos outros que foram invadidos, agredidos pais e filhos de santo e, às vezes, até alguns deles mortos por esboçarem alguma resistência à destruição das suas casas de culto, cujo “quebra-quebra” não ficou restrito a Maceió, estendeu-se até o Pratagy e o Tabuleiro do Pinto, assim como aos municípios de Atalaia, Santa Luzia do Norte e Marechal Deodoro.



IMAGEM XIV – Fonte: Utensílios levados para a sede da Liga dos Republicanos Combatentes. Reprodução/Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Nos dias que se seguiram continuou a haver manifestações de júbilo pela ação realizada pela Liga. O *Jornal de Alagoas* (ligado, como já informamos antes, à oposição política aos Malta) comemorou o acontecido e manteve por várias edições uma coluna (sob o título de Bruxaria) em que apresentava um verdadeiro inventário dos bens apreendidos nos terreiros (os destruídos não puderam ser avaliados).

Grande parte dos objetos sagrados foi quebrada ou jogada na fogueira acesa no meio da rua. Porém, uma parte desses artefatos foi preservada pela *Liga dos Republicanos Combatentes*, sendo posteriormente exposta pela cidade. Um filho de santo foi responsável por classificar e

organizar as peças, explicando também o significado de cada uma delas entre as várias estátuas, coroas, indumentárias e outros artefatos confiscados.



IMAGEM XV - Fonte: Peça da coleção Perseverança, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Lêdo (2012, p. 51)

A decisão de expor publicamente imagens e objetos ritualísticos, anteriormente reservados aos redutos sagrados dos terreiros, aparece como uma continuidade dos ataques, pois não se respeitava a fé dos praticantes do xangô. Portanto, de certo modo, a exposição daqueles objetos sagrados se apresentou como um desdobramento da violência sofrida por aquelas casas.

No final do governo Malta, em fevereiro de 1912, ocorreu um fato histórico da maior importância: o “Quebra dos terreiros”, um momento revelador da presença negra na vida social de Alagoas ao mesmo tempo da repressão política combinada coma

religião, quando foram destruídas as principais casas de culto afro-brasileiro em Maceió e municípios vizinhos.

A perseguição contra as casas de culto de matriz africana, com mortes, torturas e humilhações, foi uma das manifestações antirreligiosas mais violentas da história do Brasil. Esse ato de “terrorismo político-policial” numa estranha cerimônia medieval, lembrando os tempos ignomiosos da inquisição, destruiu todo um conjunto de cultos, imagens, instrumentos musicais, fetiches, insígnias, indumentários e paramentos – desses centros religiosos. (CARVALHO, 2016, p. 245-246)

Ulisses Rafael lembra que esse material apreendido (e exposto) pela Liga foi o que restou das práticas religiosas daquele tempo. Posteriormente a *Liga dos Republicanos Combatentes* doou o botim ao museu da *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió*, velha agremiação dos caixeiros, que era como antigamente chamavam-se os comerciários, conforme já havíamos citado antes.



IMAGEM XVI - Fonte: Coleção Perseverança, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Lêdo (2012, p. 54)

O acervo ficou por um bom tempo esquecido no porão do prédio da associação. Hoje, tais peças são preservadas no *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas* (IHGAL) com o nome de *Coleção Perseverança*. Em 2013, o Governo estadual tombou a coleção, que passou a fazer parte do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado de Alagoas. Atualmente,

os objetos apreendidos são de grande importância para o estudo e a compreensão da história dos xangôs alagoanos.

O que veio depois

Após quase um mês (exatamente no dia 25 de fevereiro de 1912) Euclides Malta voltou à Maceió no mesmo navio em que vinha o general Olímpio Fonseca, mas teve dificuldades no desembarque e foi levado sob proteção até a sua casa onde ficou recluso, guardado por soldados do Exército.

Mesmo enfrentando manifestações populares contrárias a ele, Euclides reassumiu o governo no início de março e diante dos confrontos armados, solicitou intervenção federal. Porém, em 13 de março renunciou ao cargo e três dias depois tomou um navio para Recife. De lá, no dia 20, viajou para o Rio de Janeiro:

Foi inquestionavelmente um ardiloso plano político. A pretexto de que Euclides Malta e seus correligionários do Partido Republicano Conservador afrontavam a elite branca, protegendo a prática de candomblé, os seus inimigos políticos deram um passo decisivo na sua destituição, silenciando os terreiros, acusando os euclidistas da prática de feitiçaria e jogando contra eles a população, principalmente a poderosa opinião da Igreja e do segmento mais influente da sociedade”. (TENÓRIO, 2018)

A ação política foi, sem dúvida um sucesso, pois ainda no ano de 1912 o Coronel Clodoaldo Deodoro e Fernandes Lima (principal líder local da oposição aos Malta), viriam a ser eleitos governador e vice-governador respectivamente. A política estadual estava pacificada sob a ótica do governo federal, chefiado pelo Marechal primo do eleito governador.

Não era mais necessária uma milícia para impor a vontade dos novos senhores do poder, tanto assim que, por volta de 1917, a *Liga dos Republicanos Combatentes* começou a perder seu caráter de milícia armada e assumiu a posição de associação carnavalesca (certamente tinha tudo a ver!). Porém, as perseguições aos cultos de matriz africana não pararam por aí. Com o fim do grupo paramilitar e a eleição dos candidatos da oposição, a polícia assumiu o papel de repressão, afinal os cultos incomodavam os vizinhos pelos seus batuques (um bom argumento para silenciar de vez os terreiros).

Quando aos agredidos praticantes do xangô, a vida nunca mais seria a mesma: uma noite de violências com aquela não se pode esquecer rapidamente. Contudo, a principal consequência daquela noite de terror só pode ser finalmente conhecida, como nos informa Ulisses Rafael, quando em 1939 o médico pernambucano Gonçalves Fernandes visitou Alagoas e visitando um terreiro “testemunhou a existência de uma modalidade exclusiva de culto religioso que ele

designou, entre outros termos, de “Candomblé em silêncio”, tendo dedicado ao assunto todo o primeiro capítulo do seu livro *O Sincretismo Religioso no Brasil*, intitulado, “Uma nova seita afro-brasileira – o xangô-rezado-baixo”.

A *Operação Xangô*, portanto, atingiu de forma terrível os cultos afro-brasileiros no território alagoano, pois mesmo quando voltaram a serem realizados, percebia-se um clima de medo entre os praticantes durante as cerimônias. Parecia que se voltara aos tempos do Império em que se tolerava todas religiões, desde que não assumissem uma forma exterior de templos. Casas simples continham pequenos altares com imagens de santos católicos, mas as orações eram feitas em voz baixa e em uma língua africana. Eram cultos sem música e sem danças. Também não se registravam mais as possessões e, assim, “a mediunidade aparente foi suprimida em favor de um sentimento contido que dispensava manifestação”. (RAFAEL, 2010, p. 27)

Aumentando o clima de silêncio, houve também uma grande emigração de *babalorixás* para outros estados em que a perseguição não era tão presente. Mesmo assim continuaram nos terreiros as orações, porém mais por temor aos orixás do que à polícia que podia aparecer a qualquer instante.

Por fim, o mesmo Ulisses Rafael denuncia em seu artigo a atitude dos estudiosos alagoanos sobre os cultos afro-brasileiros em geral, e o episódio do *Quebra de Xangô*, em particular. Segundo ele, os estudos produzidos pecam “pela superficialidade de informações, deixando em torno do assunto uma lacuna que, aliás, deve ser interpretada como um sintoma desse ‘esquecimento’ a que já nos referimos antes, ou seja, uma indiferença dissimulada, que não disfarça o desprezo por aquelas práticas e, por que não dizer, legitima seu ostracismo e todo o tipo de ação repressora contra as mesmas”. Nem é preciso repetir que as palavras do autor são também as nossas.

Cem anos depois

Comemorações pela passagem de um centenário podem ser muito úteis para que se realizem revisões históricas e políticas do evento que se propõe homenagear. Com a *Quebra de Xangô* ocorreu o mesmo. O governador do Estado na época do centenário era Teotônio Vilela Filho (PSDB/AL) e o mesmo, após um cortejo popular assinou publicamente um pedido de perdão oficial do Governo de Alagoas a todas as comunidades de terreiros alagoanos atingidas pelas atrocidades que marcaram aquela noite de terror há cem anos.

DECRETO Nº 18.041,
DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

DECLARA PEDIDO FORMAL DE PERDÃO À POPULAÇÃO AFRO-ALAGOANA E À RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA, EM DECORRÊNCIA DOS ATOS PRATICADOS NO EPISÓDIO HISTÓRICO DENOMINADO "QUEBRA DOS XANGÔS DE 1912".

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do art. 107 da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 1101-276/2012,

Considerando a necessidade de cumprimento das obrigações internacionais contraídas pelo Brasil mediante a ratificação de diversos instrumentos internacionais de proteção dos Direitos Humanos, em especial àquelas estabelecidas na Carta de Direitos Humanos das Nações Unidas;

Considerando o compromisso do Governo do Estado de Alagoas em promover uma cultura de paz e respeito aos Direitos Humanos, aos princípios e aos valores emanados das liberdades e garantias fundamentais, asseguradas pela Constituição Federal, em especial o disposto no inciso VI, do seu art. 5º;

Considerando que ninguém poderá ser privado de direitos por motivo de crença religiosa e política, sendo assegurado a todos o livre exercício dos cultos religiosos, nos termos do inciso I, do art. 2º da Constituição Estadual; e

Considerando, ainda, o momento de contextualização dos 100 (cem) anos do episódio conhecido como "Quebra dos Xangôs", ocorrido em 1912, que se constituiu num violento atentado contra o direito à liberdade de culto religioso, causando profundos prejuízos à população afro-brasileira,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado pedido formal de PERDÃO pelo Governo de Alagoas à população afro-alagoana e à religiosidade afro-brasileira, em face das graves violações de Direitos Humanos, decorrente da violência física e psicológica, ofensa à liberdade de culto, grave intolerância religiosa, desrespeito à identidade cultural, afronta à memória e destruição do patrimônio cultural, praticados no episódio histórico denominado "Quebra dos Xangôs de 1912".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 1º de fevereiro de 2012, 196º da Emancipação Política, 124º da República e 100º da Quebra dos Xangôs.

TEOTONIO VILELA FILHO

Governador

A seguir apresentamos a fala integral do governador que nunca poderá reparar os danos cometidos, mas marca uma posição política que não deve ser escamoteada, por mais que os grupos de oposição ao governante de plantão procurem menosprezar:

Minhas saudações aos alagoanos e alagoanas de todas as atrizes culturais e todos os matizes religiosos.

Não existe nação que se pretenda grande, sem um povo forte. Da mesma forma, não existe povo que seja grande, sem uma forte memória coletiva. A memória é a alma do povo e o povo é a alma da nação.

E nossa memória alagoana precisa ser revigorada com o resgate de lembranças escondidas, erroneamente varridas para baixo do tapete de penumbra do silêncio. Não podemos esquecer que 2012 marca o centenário do auge do período de perseguição aos praticantes dos cultos afro-brasileiros em Alagoas. Época de terror especialmente forte em Maceió, no episódio mais conhecido como a *Quebra dos Xangôs*, ou simplesmente, *Quebra*.

Pegando pela palavra, estamos aqui reunidos para quebrar o silêncio oficial que reinou durante décadas sobre os horrores daqueles acontecimentos que marcaram o ano de 1912. Naquele tempo, uma onda de violência sem precedentes se abateu sobre os terreiros em Maceió e sobre as pessoas que então praticavam os ritos de origem africana – o Estado não cumpriu, naquele momento, seu papel de assegurador dos direitos elementares do cidadão, nem na garantia do direito à liberdade religiosa.

Como referência, escolhemos o dia primeiro de fevereiro, quando uma entidade civil denominada Liga Republicana Combatente, comandou uma violenta invasão a centros de cultos e de cultura de matriz africana em Maceió. A primeira vítima nesta noite terrível foi Tia Marcelina, reverenciada como a principal Mãe de Santo de Alagoas daquela época.

Tia Marcelina, idosa com mais de oitenta anos, morreu vítima de um golpe de sabre em sua cabeça e chutes desferidos por um ex-soldado, desertor da força pública. Conta-se que no dia seguinte a perna do referido soldado secara e, depois, todo o corpo.

Em verdade, frente a esses episódios horrorosos, o que secou mesmo foi nossa memória e, junto com ela, nossa própria identidade perdeu parte de seu brilho. Secou parte de nossas culturas populares, com a perda de importantes lideranças e artistas do povo, detentores de práticas e saberes ancestrais impregnados ao nosso imaginário e nas coisas do cotidiano.

Segundo a opinião de estudiosos de todo o Brasil, as casas de cultos afro-brasileiros, além da importância dada pela sua prática específica - a do culto religioso -, funcionam também como verdadeiros celeiros de criatividade e cidadania, a exemplo de tantos outros cultos de matizes religiosos distintos. Os territórios das crenças são espaços de vida comunitária abertos às diferenças de toda ordem. Nesses perímetros, no caso dos cultos afro-brasileiros, aprende-se desde cedo o respeito aos idosos, portadores de saberes herdados de seus ancestrais. Também se aprende o respeito às crianças, patrimônio de toda a comunidade e, por isso, responsabilidade de todos. E o mais importante, aprende-se a ter orgulho de si mesmo, pelo desenvolvimento de um forte sentido de integrar um grupo cultural maior, seja Nagô, Angola, Gêge e as muitas outras nações que formam a riqueza das religiões africanas.

Muito me orgulha, na condição de governador deste Estado, saber-me protagonista deste ato da maior importância. Hoje, capitaneados pela Universidade Estadual de Alagoas e seus parceiros, nos reunimos para um passar a limpo da história, promovendo a justa compreensão da violência e dos prejuízos causados não só aos religiosos de matriz africana, mas a todo o povo alagoano.

A conquista de um futuro digno para Alagoas exige o revisitar do seu passado, na busca de corrigirmos os erros historicamente cometidos e ajustarmos o leme em direção a dias melhores.

O “Quebra”, mais do que um evento restrito ao aspecto religioso, apresenta-se como um momento de prevalência dos sentimentos de violência e intolerância, expressões retrógradas que precisam ser definitivamente superadas, em nome de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva.

Assim, o ciclo de atentados perpetrados em 1912 contra as casas de cultos afro-brasileiros pode ser visto como um atentado contra a autonomia do povo alagoano para construir uma identidade afirmativa de seu protagonismo, de sua efetiva presença na construção de uma Alagoas democrática. Se considerarmos que a maior potencialidade de qualquer sociedade se encontra justamente na força e criatividade de seu povo, podemos afirmar, sem qualquer dúvida, que o evento do “Quebra” resultou em inquestionável prejuízo ao nosso progresso enquanto sociedade como um todo.

Dizendo isto, penso emocionado naquela Maceió de um século atrás onde, segundo as palavras do saudoso historiador Felix Lima Júnior, nas noites de festa podia-se ouvir o som dos tambores da Ponta Grossa à Pajuçara e de Bebedouro ao Centro da

Cidade. Penso nos belíssimos maracatus que desfilavam por estas ruas e que desapareceram após o “Quebra”.

Atento para as teses que apontam para a força social do Candomblé do tipo Xambá, reconhecido atualmente como patrimônio histórico nacional e que igualmente, segundo estudiosos, teria migrado para Pernambuco, privando-nos da sua riqueza cultural. Penso em uma cidade viva, colorida, embalada pelo canto carinhoso das inúmeras baianas e vendedores negros ambulantes que ganhavam o pão de cada dia por essas ruas.

De fato o “Quebra” nos empobreceu culturalmente, mas sobretudo nos impediu de crescermos através do convívio com as diferenças e, compartilhando saberes, construirmos um desenvolvimento social baseado em nossa diversidade e, portanto, comprometido com a inclusão cidadã de todas as parcelas da sociedade.

Assim, observando atentamente o ocorrido há um século, o Estado de Alagoas pede perdão pelo que seus Poderes Constituídos possam ter contribuído, por ações e/ou omissões, para com a violência desencadeada pelos obscurantistas da entidade civil conhecida como Liga dos Combatentes Republicanos e quem quer que lhe tenha sido cúmplice na vergonhosa onda de crimes cometidos contra os praticantes dos cultos afro-brasileiros.

Os atos verdadeiramente terroristas perpetrados pelos membros sectários dessa entidade, como indicam as fontes históricas ainda muito pouco divulgadas, tiveram o beneplácito de lideranças destacadas da sociedade alagoana e teriam sido incentivados pela disputa do poder político estadual.

Assim, no dia de hoje, ao realizar o pedido público de perdão aos religiosos de matriz africana, o faço principalmente como alagoano e em nome de toda essa sociedade. O faço com o objetivo de, ao olharmos para trás despojados de quaisquer preconceitos, reconheçamos as responsabilidades, enquanto poder público, frente ao terrível período do “Quebra”.

Ao pedir perdão não pedimos o esquecimento. Muito pelo contrário. Exibimos nossa dor e queremos expurgar nossa vergonha por aquele período tenebroso, convocando os alagoanos a se aprofundarem no estudo de nossa história. Estamos nos convidando a conhecermos a nós mesmos, entendermos nossas feridas, reconhecer nossos erros; compreender o passado, enfim. Não para carpiremos pecados, como se lágrimas e lamentos expiação fossem. Mas para que, conhecendo e reconhecendo ocorrências vergonhosas e terríveis como essa, possamos combater, com firmeza, toda e qualquer possibilidade de tragédias semelhantes.

Queremos virar essa página da história nos comprometendo com uma nova etapa, com o projeto de uma nova Alagoas, onde todos e todas possam exercer livremente suas diferenças e, a partir delas, garantir um futuro digno para seus filhos.

Para tanto, as religiões de matriz africana têm uma contribuição inestimável a dar nessa construção, pelo relevante papel educativo que desenvolvem junto a todas as camadas da sociedade alagoana, ensinando valores positivos, baseados no respeito ao próximo. Além disso, podemos dizer que cada Terreiro de Xangô de Alagoas tem enorme potencial no campo da formação profissional envolvendo jovens, podendo se transformar em importante espaço de capacitação de músicos, artesãos, educadores e outros profissionais, gerando renda e combatendo a pobreza em nosso Estado.

Mas, fundamentalmente, independente desses conceitos de participação e formação cidadã, ao nunca esquecermos as dores e crimes do “Quebra”, o Estado de Alagoas reafirma seu compromisso básico, elementar, de respeitar, integralmente, e de garantir através da força de seus poderes constituídos o direito irrestrito à liberdade de culto religioso. Este é um pilar básico, indispensável, ao exercício do Estado Democrático de Direito.

Mais uma vez expresso meus parabéns a Universidade Estadual de Alagoas e seus parceiros pela iniciativa e quero colocar-me à disposição para, sempre que for preciso, estarmos juntos nessa construção. A todos e todas deixo meus votos de melhor proveito desse evento que já entrou para a história dessa nova Alagoas. (<http://anajoalagoas.wordpress.com/2012/02/02/decreto-governamentalpedido-perdao-ao-quebrade-xango>)

Pecando por retirar do contexto maior (o discurso do governador) trechos que, assim, podem ficar sem o sentido original²⁴, vamos analisar um evento que pode ser inserido claramente no que já chamamos de “revisão histórica”.

É óbvio que os fatos do passado ficam no passado. Contudo, a História é escrita (e reescrita) no presente. Os fatos são a matéria-prima, mas a análise histórica é o produto final de uma época, no nosso caso, o início do século XXI.

O evento que culminou com a fala oficial foi denominado *Xangô rezado alto*, em uma alusão tanto ao trabalho de Gonçalves Fernandes em 1939 quanto à recuperação da voz e do espaço social pelos praticantes do culto xangô em Maceió. Em síntese, foi um cortejo que com toda a gala e adereços, que passou pelas principais ruas do centro histórico da capital. Era, portanto, uma manifestação de visibilidade de algo que havia sido, no desejo dos seus autores, completamente varrido do mundo alagoano em 1912. O desfile dos manifestantes seguiu praticamente pelas mesmas ruas por onde os agressores⁴ haviam passado cem anos antes. Era, assim, uma demonstração de que os membros da *Liga* não tinham alcançado os seus objetivos apregoados publicamente (uma vez que o real objetivo foi alcançado, ou seja, a derrubada do governo de Euclides Malta): a eliminação do xangô na cidade.

Integrando-se ao movimento mundial de pedidos de desculpas (que o dito popular já condena ao afirmar que “depois de matar e esfolar, não adiante pedir desculpas”), o governador Vilela Filho é claro em não querer continuar a carregar a pecha de ser o responsável pela administração pública de um Estado que tem uma tão grande nódoa em seu passado (mas que não precisava mais ser resolvida naquela ocasião, a não ser pelos ganhos políticos que poderia obter com a ação). Pedir perdão acaba sendo uma atitude de negação de responsabilidade por atos que não somos responsáveis, mas sobre os quais podemos (e acabamos sendo, no calor das disputas políticas) vir a ser acusados de sermos, pelos menos, cúmplices. É assim que podemos ver a frase emblemática: “*ao pedir perdão não pedimos o esquecimento. Muito pelo contrário. Exibimos nossa dor e queremos expurgar nossa vergonha por aquele período tenebroso, convocando os alagoanos a se aprofundarem no estudo de nossa história*”. Se todos nós estudarmos a nossa história, acabaremos por ver que existem outros momentos pelos quais alguém ainda vai nos acusar de termos responsabilidade, apesar de não a termos diretamente, uma vez que nem mesmo éramos nascidos. A atitude marcou o governador como sendo um homem (e um administrador) sensível aos dramas do seu povo (ou, pelos menos, assim acreditamos que era o desejo de Vilela Filho).

²⁴ Por isso a nossa preocupação em apresentar de forma integral a fala do governador neste nosso texto.



IMAGEM XVII - Fonte: Pedido de desculpas do Governador. Lêdo (2012, p. 33)

O governador ao afirmar que *“nos reunimos para um passar a limpo a história, promovendo a justa compreensão da violência e dos prejuízos causados não só aos religiosos de matriz africana, mas a todo o povo alagoano”*, demonstra o seu pleno conhecimento que não estava alterando o passado, mas dando uma nova interpretação aos fatos ocorridos em 1912. Reforça essa posição quando declara que a *“nossa memória alagoana precisa ser revigorada com o resgate de lembranças escondidas, erroneamente varridas para baixo do tapete de penumbra do silêncio”*. Assim demonstra o seu comprometimento com uma revisão histórica que coloque à frente de todos fatos que muitos gostariam que continuassem esquecidos *“na penumbra do silêncio”*. O que podemos acrescentar é que um pedido de desculpas por algo que aconteceu em um passado tão remoto (cem anos) não é motivo para que se pretenda punir na pessoa dos descendentes dos agressores (uma vez que os próprios já faleceram há muito tempo) aqueles atos agora lembrados. Nem abra a possibilidade de que pedidos de ressarcimento sejam encaminhados à atual administração.

Contudo, o discurso avança sobre um problema que muitas vezes obliteramos, talvez sem o querer: a continuidade temporal de uma ação que parece fechada em seu próprio tempo, quando afirma-se no discurso que o *Quebra “nos empobreceu culturalmente, mas sobretudo nos impediu de crescermos através do convívio com as diferenças e, compartilhando saberes, construímos um desenvolvimento social baseado em nossa diversidade e, portanto,*

comprometido com a inclusão cidadã de todas as parcelas da sociedade”. Observe-se com mais cuidado esta fala: as consequências da ação dos membros da *Liga* não se encerraram naquela noite trágica. Elas perduraram negativamente no tempo ao impedir a convivência cotidiana que pode (mas não necessariamente) levar ao melhor conhecimento do outro, do diferente.

Também merece nosso destaque a compreensão maior que é veiculada pelo texto de que o *Quebra*, “*mais do que um evento restrito ao aspecto religioso, apresenta-se como um momento de prevalência dos sentimentos de violência e intolerância, expressões retrógradas que precisam ser definitivamente superadas, em nome de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva*”. É, sem dúvida, a colocação do evento no seu contexto histórico: havia uma luta política que descambou em violência sobre aqueles que eram vistos como aliados do governador Malta. Curiosamente, o político apeado da administração estadual não teve a sua carreira política interrompida, mas a vida dos infelizes que foram agredidos foi modificada para pior. Todavia, o reconhecimento da ação violenta dos opositores aos Malta não justifica os discursos de vingança que muitos aproveitadores da situação política fazem amiúde em nosso país.

Talvez por isso que Vilela Filho não extrapola ao denominar como “*atos verdadeiramente terroristas perpetrados pelos membros sectários*” da *Liga*. Ao utilizar de forma conscientemente anacrônica a denominação muito mais comum em nossos dias do que era em 1912 (terrorismo), o governador coloca uma perspectiva atual sobre os fatos ocorridos há cem anos.

Afinal o que almejam as ações terroristas que ocorrem em nossos dias? Apenas matar alguns indivíduos ou disseminar o terror entre os sobreviventes?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao visitarmos *sites* publicados no final da segunda década do século XXI encontramos análises mais condizentes com os interesses mais recentes de grupos políticos (que não estão interessados em discussões historicamente fundamentadas nos documentos da época) do que uma real análise dos acontecimentos ocorridos em 1912. Isto não deve surpreender o leitor já acostumado com o consumo de documentos historiográficos.

Como afirmamos várias vezes no decorrer do nosso texto, a *Operação Xangô* inseriu-se na luta política que dois grupos oligarcas travavam pela conquista do governo alagoano. Não era uma exclusividade da política local: as disputas pelo poder eram (e ainda o são) travadas cotidianamente, recorrendo ou não ao uso da violência sobre os chamados inocentes.

Havia também no período uma grande carga de intolerância religiosa por parte da hierarquia católica que não via com bons olhos o aparecimento de concorrentes ao seu verdadeiro monopólio religioso²⁵. Viviam-se no mundo uma situação de conflitos que acabariam desaguando na Primeira Guerra Mundial e na Revolução Russa. O Papa romano, que declarara-se em 1871 prisioneiro do Rei da Itália (mas continuando a viver nas delícias do Vaticano), via com preocupação o crescimento das correntes políticas de cunho socialista que negavam aos religiosos qualquer parcela do poder político nos Estados que seriam implantados por elas. Os socialistas eram, na visão das Igrejas cristãs, muito piores do que os positivistas e os maçons: tinham que ser combatidos diuturnamente na sua origem, isto é, no meio popular onde a miséria dava os elementos ideológicos necessários para a contestação do *status quo*.

Os cultos de matriz africana vinham do que mais se aproximava, na época, dos núcleos de resistência popular: a escravidão legal recém abolida. Era necessária a conquista desses corações e mentes para a causa católica²⁶ (posteriormente eles passaram a ser objeto de domínio das novas denominações evangélicas, principalmente os pentecostais e os neopentecostais). Nunca é demais resgatar uma obra do dramaturgo baiano Alfredo de Freitas Dias Gomes (1922-1999). Falamos de *O Pagador de Promessas*, na qual trava-se uma luta insana entre um padre católico e um pequeno proprietário religiosamente sincrético (era católico, mas frequentava um terreiro na sua aldeia natal). A peça, estreada em 1960 no TBC paulista, tornou-se um filme (dirigido por Anselmo Duarte) que teve uma grande carreira internacional. O objetivo do autor (também presente no roteiro do filme) era mais a luta política dos elementos populares do que a discussão sobre a tolerância religiosa e isto fica muito claro na obra

²⁵ Atitude que tem sido combatida com bastante vigor após o Concílio Vaticano II na década de 1960.

²⁶ Trabalho que era feito de forma exemplar pelo Padre Cícero no Vale do Cariri.

cinematográfica (que podemos apreciar até nos nossos dias em magníficas interpretações). Mas o conflito religioso acaba sendo mais percebido pelas plateias menos politizadas. Afinal, uma obra de arte, quando apresentada ao seu público, não pertence mais ao autor e sim ao consumidor dela.

Mas voltemos ao ponto inicial, atualmente há grupos que procuram ver na *Quebra de Xangô* apenas uma manifestação racista, desconsiderando todo o arcabouço político e social que envolveu a ação. É bom destacar aqui, para finalizar o nosso trabalho, que Euclides Malta, o principal objeto da ação dos já anteriormente denominados terroristas, era descendente dos colonizadores europeus, e Manoel Luiz da Paz, fundador e líder da *Liga dos Republicanos Combatentes* era descendente de africanos, mas não se enxergava como tal, onde a sua miscigenação encobria o peso da sua “mancha” ou herança africana. Sem os africanos mais pobres e “sem graça certamente”.

Como afirmou em 2012 o governador Vilela Filho: devemos nos aprofundar no estudo da nossa história.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Vitória. Cem anos de solidão: em 1912, Alagoas foi palco de um dos atos mais violentos da história das religiões de matriz africana no Brasil. In: **Rev. Graciliano**. Gráfica Oficial Graciliano Ramos. Maceió, 2012. P. 13.
- ALMEIDA, Paulo Newton de. **Umbanda: a caminho da luz**. Ed. Pallas. São Paulo, 2006.
- ÁVILA, Janayna. Os silêncios da quebra. In: **Rev. Graciliano**. Vol. 13. Ed. Oficial Graciliano Ramos. Maceió, 2012.
- ANTONIL, André João (João António Andreoni). **Cultura e opulência do Brasil**. 2ªed, Nacional: São Paulo, s.d.
- ARAÚJO, Clébio Correia de. Alagoas de Xangô. In: **A presença negra em Alagoas**. Douglas Apratto Tenório, Jairo José Campos (Org.). Maceió Viva Editora, 2014.
- BARROS, Adriana da Silva. **A quebra de Xangô: Intolerância racial e religiosa em Alagoas**. Maceió. Ufal. Curso de História. (TCC – Monografia). 2018.
- BRANDÃO, Alfredo. **O negro na história de Alagoas**. Edição comemorativa 100 anos da abolição. Maceió, 1988.
- BRUXARIA. In: Jornal de Alagoas. Maceió, 4 de fevereiro de 1912. In: **Rev. Graciliano**. Ed. Oficial Graciliano Ramos. Vol. 13. Maceió, 2012.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Ed. Senado Federal. Brasília, 2002.
- Constituição de 25.3.1824**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm, acesso em 8.7.2021.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. Edufal. Maceió, 2016.
- CAVALCANTE, José Osvaldo. **Conhecendo Alagoas**. Maceió, 2005.
- CAVALCANTE, Fernando de Oliveira. **O fim da era Malta em alagoas: história da Liga dos Combatentes**. Ufal. Curso de História. (TCC – Monografia). 2019.
- COSTA, João Graveiro. **Maceió**. 2ª edição. Sergasa, 1981.
- Década republicana**. 2ªed. Brasília: Ed.UnB, 1986.
- Decreto nº 18.041, de 01 de fevereiro de 2012**. Dispõe sobre o pedido formal de perdão pelo Governo do Estado de Alagoas a população afro-alagoana e à religiosidade afro-brasileira devido ao episódio do “Quebra de Xangô de 1912 (2012)”. Disponível em <http://anajoalagoas.wordpress.com/2012/02/02/decreto-governamentalpedido-de-perdao-aoquebrade-xango>, acesso em 22.8.2021.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

_____ **O banguê nas Alagoas**. 2ª edição. Edufal. Maceió, 1980.

DUARTE, Abelardo. **Catálogo ilustrada da coleção Perseverança**. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Maceió, 1974.

Famílias na política Alagoana no século XX. Disponível em <https://www.historiadealagoas.com.br/familias-na-politica-alagoana-do-seculo-xx-i-malta.html>, acesso em 18.8.2021.

JESUS, Jhon Monteiro de. **O quebra de Xangô de 1912 e seu reflexo um século depois**. Ufal. Curso de História. (TCC – Monografia). 2016.

LIMA, José Roberto S. **A origem de Maceió e a sua transformação em Capital**. Ufal. Departamento de História. 1998.

LIMA JÚNIOR, Félix de. **Maceió de outrora**. Arquivo público de Alagoas. Maceió, 1982.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix ; Edusp, 1977.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 2ªed, São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MUGANGA, Kabengele. **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição**. Fundação Cultural Palmares. Brasília, 2004.

PACHECO, Luciano C. Racismo e intolerância religiosa: representações do Xangô nos jornais de Maceió entre 1905 e 1940. In: **Revista Sankofa**. Ano VIII, n.º XV. 2015.

PANGA, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias (1889-1943): a Bahia na Primeira República Brasileira**. Tradução de Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

PÓVOAS, Lenine C. **História de Mato Grosso**. Cuiabá: s.c.e., 1985.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. Cia. das Letras. São Paulo, 2007.

Primeiros Anos da República em Alagoas. Disponível em <https://www.historiadealagoas.com.br/os-primeiros-anos-da-republica-em-alagoas.html>, acesso em 19.8.2021.

RAFAEL, Ulisses Neves. “**Muito barulho por nada ou o “xangô rezado baixo”:** uma etnografia do “**Quebra de 1912**” em Alagoas, Brasil”. *Etnográfica* [Online], vol. 14 (2), 2010. Disponível em <https://journals.openedition.org/etnografica/297>, acesso em 18.8.2021.

_____ **Xangô rezado baixo: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912**. Tese de doutoramento. UFRJ. 2004.

_____ A coleção Perseverança do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. In: **Revista Kulé Kulé**. Publicação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro da Ufal.

CAVALCANTE, Bruno c.; FERNANDES, Clara S.; BARROS, Raquel R. A. (Org.) Ufal/NEAB. 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ªed, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Antonio Daniel M. Formação do campo ideológico no processo de sanitização do Xangô durante a oligarquia dos Malta. In: **Revista Kule Kule: Religiões afro-brasileiras**. CAVALCANTE, Bruno c.; FERNANDES, Clara S.; BARROS, Raquel R. A. (Org.) Ufal/NEAB. 2008.

SAGA: a grande história do Brasil. São Paulo: Abril Cultural, 1981, v.5.

SALES, Théo. “**A resistência da religiosidade de matriz africana em Alagoas**”. Disponível em <http://jornalismojunior.com.br/a-resistencia-da-religiosidade-de-matriz-africana-em-alagoas/>, acesso em 18.8.2021.

SANTOS, Gabriel. “**Quebra de Xangô, o racismo e a intolerância religiosa em Alagoas**”. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2020/02/05/quebra-de-xango-o-racismo-e-a-intolerancia-religiosa-em-alagoas/>, acesso em 18.8.2021

SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Os presidentes: Campos Sales**. São Paulo: Três, 1983.

SILVA, José Roberto G. de. Euclides Vieira Malta: Administrador, universalista e político emérito. In: **Memória Legislativa de Alagoas / Gazeta de Alagoas / Assembleia Legislativa Estadual**. Documento n.º 22. Maceió, 1998.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfoses das oligarquias**. Maceió: Edufal, 2018.